



DOSSIÊ A invisível

# Cidadania

DOS TRABALHADORES  
E TRABALHADORAS  
DO COMPERJ



[www.incid.org.br](http://www.incid.org.br)

[incid@ibase.br](mailto:incid@ibase.br)

Março 2015

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES  
SOCIAIS E ECONÔMICAS**

R. Senador Dantas, 40 / 2º andar  
20031-203 • Rio de Janeiro • RJ  
Tel: (21) 3528-3535

Site: [www.ibase.br](http://www.ibase.br)

**EQUIPE DO PROJETO INCID**

COORDENADOR GERAL DO PROJETO  
Cândido Grzybowski

COORDENADORA TÉCNICA  
Rita Corrêa Brandão

PESQUISADORAS  
Adriana B. Cardoso  
Renata Feno Neves  
Bianca Arruda Soares

ASSISTENTE DE PESQUISA E COMUNICAÇÃO  
Paula Brito

ASSISTENTE DE PESQUISA  
Rozi Billo

PESQUISADORAS E PESQUISADOR AUXILIARES  
Daiana da Silva  
Suellem Henriques da Silva  
Edvan de Azevedo Silva da Costa

**EQUIPE DE CAMPO**

PESQUISADORA E PESQUISADORES  
SUPERVISORES DE CAMPO  
Gênesis Oliveira  
Manuela de Almeida Castor do Amaral  
Robson de Aguiar Oliveira

ARTICULADORAS E ARTICULADORES LOCAIS

Aloha Xavier  
Ana Bartira da Penha Silva  
Bruna Lasse Araújo  
Cristiane Benevenuto de Moraes  
Daiane Alves da Silva  
Franciellen Fonseca  
Gero Band  
Glauco Silva de Oliveira  
Luciano Gomes Franklin  
Monick Silva Dallia da Rosa  
Tatiane Costa dos Santos  
Zilair Barbosa Silva

CONSULTORES E CONSULTORAS DO GRUPO  
DE REFERÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICO

Adhemar Mineiro  
Alexandre Ciconello  
Carlos Frederico Loureiro  
Débora Santana de Oliveira  
Dulce Pandolfi  
Eugênia Mota  
Ilma Rezende  
Marcos Otavio Bezerra  
Napoleão Miranda  
Regina Novaes  
Wilson Madeira Filho

**FOTOS**

Paula Brito

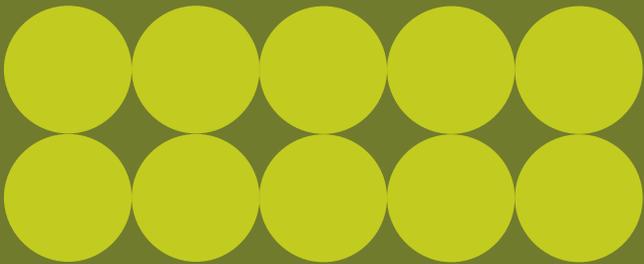
CAPA  
Agência Petrobras

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Mórula Oficina de Ideias  
[www.morula.com.br](http://www.morula.com.br)

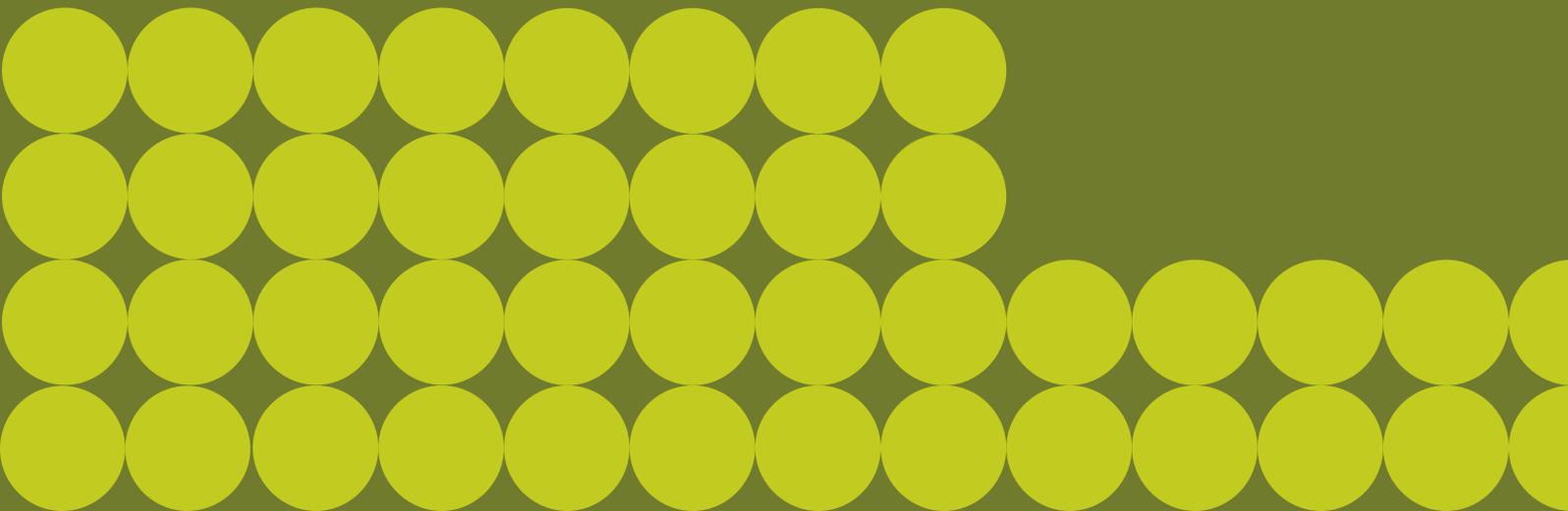
PUBLICADO SOB LICENÇA CREATIVE COMMONS.  
ALGUNS DIREITOS RESERVADOS:





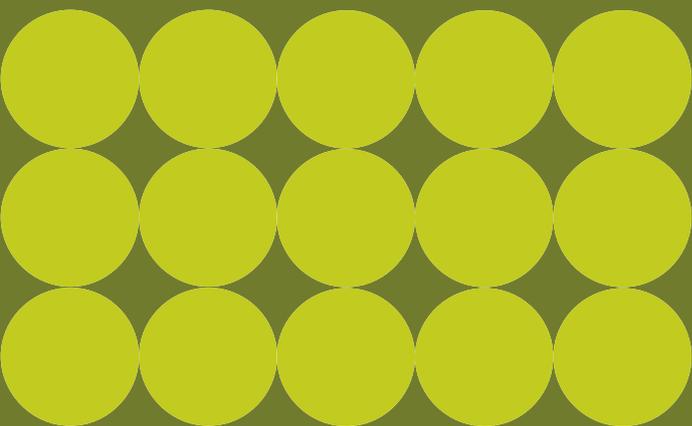
“Não tem líder aqui. Foi todo mundo junto. A responsabilidade é nossa, do trabalhador. O negócio foi chamar a atenção, foi o único jeito que encontramos. O que eu puder fazer para defender os meus direitos, para receber o meu salário, eu vou fazer. A gente não vai aceitar esse calote. [...] Não é possível que a Petrobras não tenha uma solução para o nosso caso. A gente está pedindo o que é nosso. Eu trabalhei numa temperatura de cinquenta graus para construir uma refinaria que vai lucrar milhões e eu não tenho o que pôr na dispensa. Não tenho meu salário desde novembro. Será que a vida das pessoas não está valendo nada assim?”

[ DEPOIMENTO DE TRABALHADOR DA ALUSA/LUMINI  
SOBRE A MANIFESTAÇÃO QUE PAROU A PONTE RIO-NITERÓI,  
EM FEVEREIRO DE 2015 ]





# índice



<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>	<b>A cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj</b>	<b>39</b>
<b>O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)</b>	<b>9</b>	<b>CIDADANIA VIVIDA</b>	
<b>ÁREA DE INFLUÊNCIA E NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS</b>	<b>10</b>	Direito ao trabalho: situação do acesso aos empregos formais no setor da construção civil em Itaboraí	40
<b>INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>	<b>12</b>	Direito ao trabalho: situação das ocupações com maiores estoques em Itaboraí	41
<b>IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID (AAI)</b>	<b>17</b>	Direito à renda: situação da remuneração média por setor em Itaboraí	42
Direito ao trabalho: situação do acesso ao emprego no mercado de trabalho formal	17	Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal de Itaboraí	43
Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal	20	Direito ao trabalho: situação das ocupações com saldo negativo de admissões em Itaboraí	44
Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal – AAI	20	Direito à moradia: situação da moradia dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, uma tentativa de análise	45
Direito à educação: garantia da oferta de ensino técnico e profissional	23	<b>CIDADANIA GARANTIDA</b>	
Direito ao trabalho: participação cidadã pelo trabalho e renda	26	Direito à justiça: garantia do acesso à Justiça do Trabalho	48
<b>Trabalhadores e trabalhadoras do Comperj</b>	<b>29</b>	Direito à justiça: garantia de fiscalização das condições de trabalho	51
<b>TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>33</b>	<b>CIDADANIA PERCEBIDA</b>	
<b>PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS GRANDES OBRAS</b>	<b>35</b>	“Grupos de diálogos” com trabalhadores do Comperj	53
		Resumo dos principais temas discutidos	54
		Percepções sobre as mudanças no mercado de trabalho local	54
		Percepções sobre saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora	55
		Percepções sobre o cotidiano do trabalho e principais violações de direitos	55
		Percepções sobre a ação das representações sindicais	56
		<b>CIDADANIA ATIVA</b>	
		Panorama sobre as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da construção	58
		A criação do Sintramon e a luta pela representação política dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj	60
		A mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras da Alusa/Lumini: novos caminhos para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras	63
		<b>CONCLUSÃO</b>	<b>67</b>
		<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>70</b>
		<b>ANEXO 1_</b> Breves notas sobre os bancos de dados consultados	72
		<b>ANEXO 2_</b> Ficha de cadastramento dos alojamentos dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj	74
		<b>ANEXO 3_</b> Lista das empresas contatadas durante a pesquisa	75



# Introdução

O dossiê “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj” apresenta os resultados obtidos no esforço de revelar como anda o estado dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras contratados e contratadas para construir o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) a partir da metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania, desenvolvida pelo Ibase.<sup>1</sup> Utilizando as ferramentas, questões norteadoras e a forma de analisar o estado da cidadania desse sistema, procurou-se montar um panorama sobre as condições de vida desses trabalhadores e trabalhadoras; o esforço do poder público em garanti-los; a percepção que têm sobre seus direitos; e suas formas de organização e luta, assim como suas responsabilidades cidadãs.

O dossiê está organizado à luz de quatro dimensões de cidadania: na primeira dimensão, que trata da cidadania vivida, apresentam-se os indicadores produzidos no esforço de avaliar, a partir dos dados disponibilizados por órgãos oficiais, a situação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; na segunda dimensão, que trata da cidadania garantida, são

apresentados os indicadores resultantes da pesquisa para aferir o papel do poder público na garantia desses direitos; na terceira dimensão, que trata da cidadania percebida, relatam-se o processo metodológico e as dificuldades encontradas para a realização de uma pesquisa de percepção sobre o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como há uma descrição sobre os “grupos de diálogos” – reuniões com um grupo variado de trabalhadores, que contribuiu para qualificar alguns dos dados levantados durante a pesquisa e definir outros aspectos relevantes para análise; finalmente, na quarta dimensão, que trata da cidadania ativa, apresentam-se indicadores – obtidos através do levantamento de dados quantitativos e de uma pesquisa de cunho qualitativo –, bem como uma análise desses indicadores, das formas de participação e ação dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por direitos.

Relevante para se destacar a princípio, o principal resultado da pesquisa foi a constatação de que existe, por parte das empresas contratantes, da própria Petrobras, do poder público local e das representações sindicais, se

---

1. A metodologia e os conceitos norteadores da proposta Indicadores da Cidadania podem ser consultados em <http://www.ibase.br/cidadanias>; já os resultados do desenvolvimento da experiência piloto dessa proposta podem ser acessados no site do projeto Indicadores de Cidadania (Incid): <http://incid.org.br>

não negligência no fornecimento de dados, um esforço sistemático de invisibilizá-los e de não fornecer informações sobre os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, o que ficará evidenciado no conjunto do dossiê. Por sua vez, o Estado brasileiro só recentemente passou a se preocupar em fomentar a produção de dados específicos sobre as condições de vida, trabalho e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que constroem grandes obras semelhantes à do Comperj, sendo ainda muito incipiente a divulgação de informações específicas sobre a categoria;<sup>2</sup> do mesmo modo, os órgãos de referência, produtores dos dados oficiais, divulgam dados que só permitem uma aproximação, mas que não possibilitam a avaliação de situações específicas como essa.<sup>3</sup>

A considerar que, no auge de contratações para a construção do Comperj, a estimativa é de que havia trinta mil trabalhadores e trabalhadoras nos canteiros de obras, que, em sua totalidade, representavam uma população maior que a de 80% dos municípios brasileiros (4.473 dos 5.565),<sup>4</sup> segundo o Censo 2010 do IBGE, o principal resultado obtido com a pesquisa é, no mínimo, provocador. Se não há transparência do poder público local e as ações do governo federal ainda não conseguem dar visibilidade à situação específica dessas pessoas, e se há dificuldade de acesso às informações

junto aos empregadores e representações sindicais, isso significa que não há como avaliar as condições de vida e direitos desses milhares de cidadãos e cidadãs, sendo essa, por si só, uma grave violação de direito.

Sendo assim, à exceção dos dados obtidos junto aos órgãos do Sistema Judiciário e do Ministério Público – que trazem informações sobre o acesso à justiça e sobre as fiscalizações realizadas nos canteiros de obras do Comperj –, o desafio da obtenção de dados que possibilitassem a análise das condições dos direitos desse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras não pôde ser superado. Mais: a cortina de fumaça formada ao redor deles e delas é de tal modo eficaz que aumenta a desconfiança e as dificuldades à medida que se procura obter informações mais detalhadas sobre quem são e quais as condições em que vivem. Para compreender o que se passa, a equipe envolvida diretamente com o levantamento de informações de campo sobre os locais de moradia (formais e informais) de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outras cidades e estados se deparou com uma situação em que informações foram negadas e havia um certo clima de intimidação. Foi justamente esse um dos principais fatores que impossibilitaram a realização da pesquisa de percepção sobre os direitos desses trabalhadores e trabalhadoras.

- 
2. Cabe mencionar que em março de 2012 foi firmado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho nos canteiros de obras do país. Participam do compromisso representantes do governo federal, do setor empresarial e de centrais sindicais. A coordenação fica a cargo da Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego. No conjunto das ações a serem executadas, destaca-se a produção de indicadores de desempenho que permitem avaliar as empresas que aderirem ao compromisso. Contudo, até o momento de elaboração do dossiê, não havia ainda dados disponibilizados para consulta pública.
  3. Desses, cabe destacar os estudos pioneiros do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o setor da construção e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do setor. Cabe também um agradecimento à equipe técnica, especialmente Paulo Jager, que orientou no momento de coleta dos dados utilizados na elaboração deste dossiê.
  4. A título de exemplo, esse número de trabalhadores e trabalhadoras ultrapassa a população do município de Silva Jardim, estimada em pouco mais de 21 mil habitantes, e é aproximada do total da população de Tanguá, estimada em 32 mil habitantes. Ambas as cidades ficam próximas a Itaboraí, estando na área de influência do Comperj, conforme o EIA-Rima.

Nessas condições, o dossiê apresenta um conjunto de indicadores que não consegue revelar a especificidade em que se encontra o estado dos direitos desses cidadãos e cidadãs, mas consegue trazer algumas informações sobre a categoria mais geral dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil nos âmbitos nacional e municipal, setor diretamente envolvido na mais recente fase da obra do Comperj e que empregará o maior número de trabalhadores e trabalhadoras, considerando a fase da instalação e operação do megaempreendimento (FGV, 2008, p. 8). Com isso, se pretendeu, a partir da consulta aos bancos de dados oficiais, construir indicadores que possibilitam realizar algumas inferências sobre a situação e a garantia dos direitos de cidadania desse grupo específico. É também apresentado um conjunto de indicadores que revela o estado do direito ao trabalho e à renda em uma área de influência do Comperj, para fornecer um panorama mais geral.

Os dados utilizados na construção dos indicadores que compõem os painéis da cidadania vivida e cidadania garantida são disponibilizados por órgãos como IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Dataprev, Datasus, Inep, Justiça do Trabalho e Ministério Público. Do mesmo modo, foram consultados estudos produzidos por órgãos como o Dieese para orientar a busca e a análise de informações que permitissem nos aproximarmos o máximo possível das questões que atingem diretamente essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras.

Utilizaram-se também métodos de pesquisa qualitativa, como a realização de entrevistas abertas com representantes do poder público local, entrevistas e grupos de diálogos com trabalhadores e trabalhadoras, a construção de um mapeamento – ainda em curso e que se pretende participativo – dos seus locais de moradia, a análise e o monitoramento das páginas

de redes sociais mantidas pelos trabalhadores e trabalhadoras e suas representações sindicais e seu acompanhamento e sua participação em ações da luta para a garantia dos seus direitos. Os dados obtidos por meio dessas ações de pesquisa constam nas dimensões de cidadania percebida e de cidadania em ação. Além disso, contribuíram para a elaboração do Mapa da Cidadania: Direito à moradia: situação da moradia dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, da dimensão de cidadania vivida.

A fase de levantamento dos dados de campo se deu no período de setembro de 2014 a fevereiro de 2015, sendo diretamente afetada por acontecimentos que mobilizaram os trabalhadores e trabalhadoras na luta pela garantia de direitos. Já a pesquisa dos dados nos órgãos oficiais buscou apresentar um panorama da realização da obra e das transformações no mercado de trabalho do município e da região do entorno, tomando como referência os anos de 2007, que abrange o início das atividades no canteiro de obras, até 2014, que traz dados mais atuais do período de finalização da fase da construção civil.

A considerar o grande número de megaobras espalhadas pelo país, e diante do cenário encontrado na realização da pesquisa, que resultou na constatação da invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras dessas obras, cabe ressaltar a importância deste dossiê. Nele, para além da descrição do cenário e da análise de indicadores e informações relevantes para se ter um entendimento do que se passa em termos da vivência de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, há a provocação para a produção e a publicação de dados que permitam conhecer o estado dos direitos de grupos específicos como esse, a fim de que se possam acompanhar de perto os efeitos e impactos gerados pelos megaempreendimentos na vida das pessoas.



# O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

A instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), empreendimento da Petrobras, no município de Itaboraí é, nos últimos anos, um dos maiores acontecimentos<sup>5</sup> que têm afetado o meio ambiente e as condições de vida da população dessa cidade e dos municípios do entorno,<sup>6</sup> movimentando altas quantias e atraindo um grande número de pessoas em busca de oportunidades. Para se ter uma ideia, de acordo com relatório publicado pelo Dieese em 2013, a construção do Comperj é citada como uma das cinquenta principais obras de infraestrutura do mundo. Em conjunto com outras treze obras realizadas no Brasil, elas movimentavam um capital de R\$ 250 bilhões até aquele ano (DIEESE, 2013a, p. 10).

A geração de emprego e renda foi um dos aspectos positivos destacados no momento do anúncio do empreendimento, em 2006, o que motivou gestoras e gestores públicos, investidores e investidoras e moradores e moradoras da região, ao mesmo tempo em que passou a atrair

um grande número de pessoas de diferentes cidades e estados em busca de oportunidades.<sup>7</sup> Desde então, os postos de trabalho e investimentos realizados movimentaram principalmente os setores de serviço, comércio e construção civil (FIRJAN, 2013; FGV, 2008). Particularmente, este último setor foi estimulado não apenas pelas atividades de construção nos canteiros de obras do Complexo, mas também pelas atividades de empreendimentos atraídos para a região, conforme avaliam estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2013) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2008).

Diretamente vinculados às atividades de construção do Comperj, estima-se que foram gerados 30 mil postos de trabalho no período em que se atingiu o pico de contratações, entre os anos de 2012 e 2014, havendo declínio no final de 2014 e início de 2015, quando se entrou na fase de finalização da construção da primeira unidade de refino. Nesse mesmo período, meados de 2014 e início de 2015, dois fatores

- 
5. Os fatos, as ocorrências, tornam-se “acontecimentos” quando eles adquirem sentido especial para um determinado grupo de pessoas que passam a organizar suas experiências, suas vidas, a partir do mesmo (Souza, 2009, p. 10).
  6. Dentre os municípios que estão na área de influência do Comperj, destacamos neste estudo aqueles que estão na área de atuação do Incid (AAI), que abrange: Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Magé, São Gonçalo, Niterói, Saquarema, Maricá, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Teresópolis. Para mais informações sobre o projeto, ver: <http://incid.org.br/>.
  7. Na seção 2 do dossiê há uma tabela que apresenta dados sobre o aumento populacional do município de Itaboraí no período de 2007 a 2013.

podem ter contribuído para agravar o número dos desligamentos estimados: de um lado, a investigação de denúncias de favorecimento e desvio de dinheiro nos contratos de grandes empreiteiras com a Petrobras, que envolvem empresas que estão realizando as obras do Comperj;<sup>8</sup> de outro, o anúncio de mudança no planejamento original do empreendimento, que passou a ter previsão de operação de apenas uma refinaria, quando a expectativa era a construção de mais duas unidades de refino.<sup>9</sup>

Atualmente, passados nove anos desde o anúncio e subsequente início das atividades de construção, o Comperj encontra-se ainda em fase de instalação, tendo alcançado cerca de 80% de avanço físico nas obras em novembro de 2014 e com previsão do início das operações da primeira refinaria em agosto de 2016 – um atraso de um ano nas obras, conforme previsto inicialmente pela Petrobras.<sup>10</sup>

## ÁREA DE INFLUÊNCIA E NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

Em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto à diretoria da Petrobras e

a representantes dos poderes públicos locais, anunciou a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) nos municípios de Itaboraí e de São Gonçalo, localizados na região metropolitana do estado. O investimento previa a instalação, em Itaboraí, de uma Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos (UPB), com objetivo de refinar petróleo pesado produzido na Bacia de Campos; de Unidades de Petroquímicos Associados (UPAs), onde estava prevista a transformação de parte desses insumos petroquímicos em resinas termoplásticas; e de uma Central de Utilidades, responsável pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica necessários para a operação do Complexo. Em São Gonçalo, anunciou-se o funcionamento da Central de Escoamento de Produtos Líquidos (CEPL) e do Centro de Integração, destinado à implementação de programas de capacitação profissional.

Desde o seu anúncio, assiste-se ao desenho de uma nova conjuntura na região: a iniciativa, que se baseia num modelo de desenvolvimento regional, motivou os atores envolvidos na sua implementação a buscar alianças para uma nova organização político-econômica do território.<sup>11</sup> Configurou-se, assim, uma nova associação regional em função da avaliação dos efeitos e impactos – diretos e indiretos – do Complexo a partir dos seguintes critérios:

- A **área diretamente afetada (ADA)** foi delimitada pelos municípios no raio de distância de até dez quilômetros do empreendimento (Itaboraí, Guapimirim, Tanguá e Cachoeiras de Macacu);
- a **área de influência direta (AID)** abrange os municípios situados no raio de distância de vinte quilômetros (Rio Bonito, São Gonçalo e Magé);
- por fim, Niterói, Maricá, Casimiro de Abreu e Silva Jardim constam na **área de influência indireta (AII)** (EIA-RIMA, 2007).<sup>12</sup>

8. Batizada de Operação Lava Jato, a investigação teve início em março de 2014 e tem tido grande destaque nos meios de comunicação. Em função disso, especula-se que houve retração na construção do Complexo e aumento das demissões por conta das auditorias a serem realizadas. Localmente, esse fator impulsiona uma crise social e aumenta a impopularidade do empreendimento na região.
9. No planejamento original, o Comperj funcionaria com três refinarias: uma Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos (UPB) e duas Unidades de Petroquímicos Associados. Também estava prevista a construção de uma Central de Utilidades (Util) junto às refinarias, que se mantém no planejamento atual (ver FGV, 2008).
10. Até a finalização deste dossiê, as informações disponibilizadas confirmavam que a conclusão das refinarias em Pernambuco e no Rio de Janeiro estará prevista no Plano de Negócios 2015-2019 da Petrobras, a ser divulgado até junho, mas ainda havia incertezas sobre quando e como seriam efetivados os investimentos para o encerramento das obras.
11. Para análises dos processos de reconfiguração territorial e articulação de atores em função da instalação do empreendimento, ver: Sanchez et al. (2009) e Gaspar (2012).
12. Esse conjunto de municípios somam, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, uma população de 2.309.894, com taxa de crescimento médio anual, entre 2010 e 2000, de 1,3%. Esse crescimento populacional no período foi superior ao verificado no estado do Rio de Janeiro, de 1,1%.

FIGURA 1

## Mapa da Área de atuação do Incid (AAI)



A esses municípios juntaram-se posteriormente Teresópolis, Nova Friburgo e Casimiro de Abreu, que conformam a área de atuação do Incid (AAI). Os(as) gestores(as) dos onze municípios definidos inicialmente como parte da área de influência do Comperj constituíram já em 2006 o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), com o intuito de fomentar uma política de ação regional e acompanhar as questões que envolvem a instalação do Comperj. À época, o aumento dos postos de trabalho, das arrecadações municipais e desenvolvimento das cadeias produtivas locais foi um dos fatores que garantiu a aceitação do empreendimento por parte tanto dos gestores e gestoras quanto dos cidadãos e cidadãs.

No entanto, em paralelo, observou-se também o arranjo de atores, representantes de diversos setores da sociedade civil, que questionam o discurso promissor do desenvolvi-

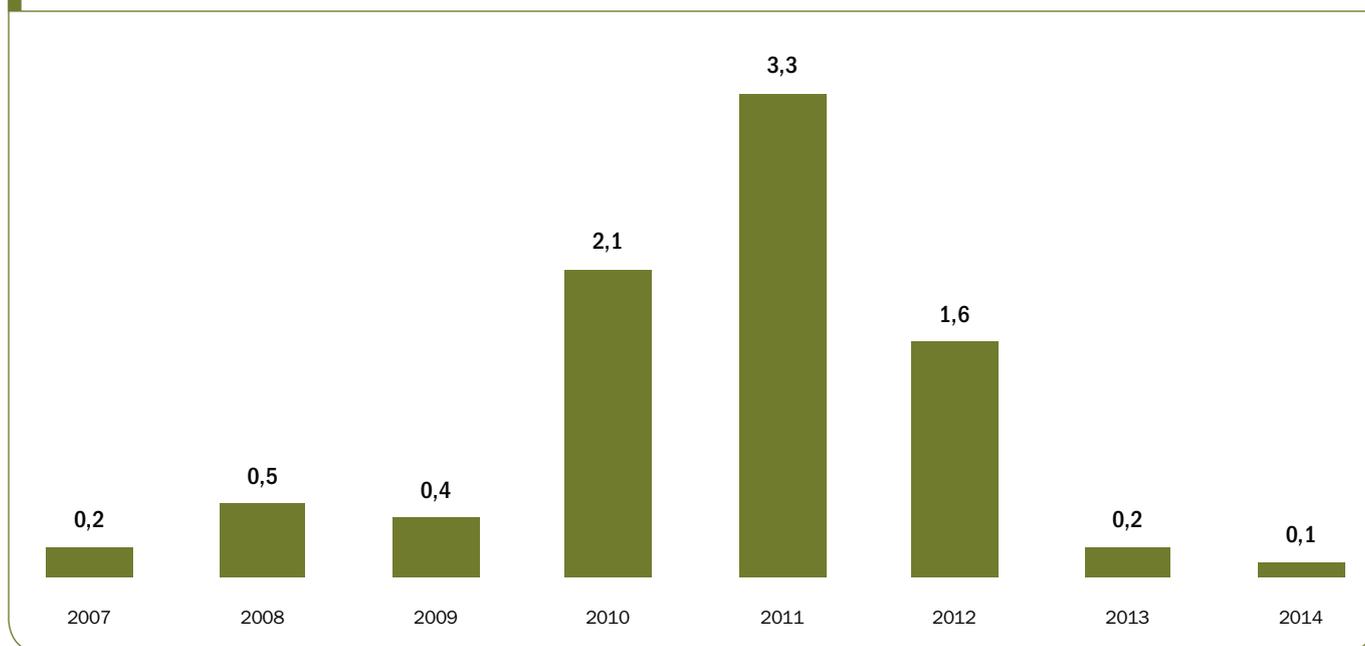
mento regional e trazem para o plano da ação política elementos que configuram um cenário de incertezas e de violações de direitos. O questionamento leva em consideração os impactos ambientais e urbanísticos e o acirramento das desigualdades econômicas e sociais produzidas por esse modelo de desenvolvimento, junto à falta de controle social da alocação dos rendimentos advindos do petróleo (royalties).

### INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O investimento anunciado na época para a instalação do Comperj era da ordem de mais de US\$ 8 bilhões, com a participação do BNDES e de sócios privados, como o Grupo Ultra e a Braskem. O início da implantação se daria no ano de 2007 e a previsão era de que até 2015 entraria em operação.

GRÁFICO 1  
INVESTIMENTOS NO COMPERJ NA FASE DE IMPLANTAÇÃO (US\$ BILHÕES)

FONTE: FGV (2008)

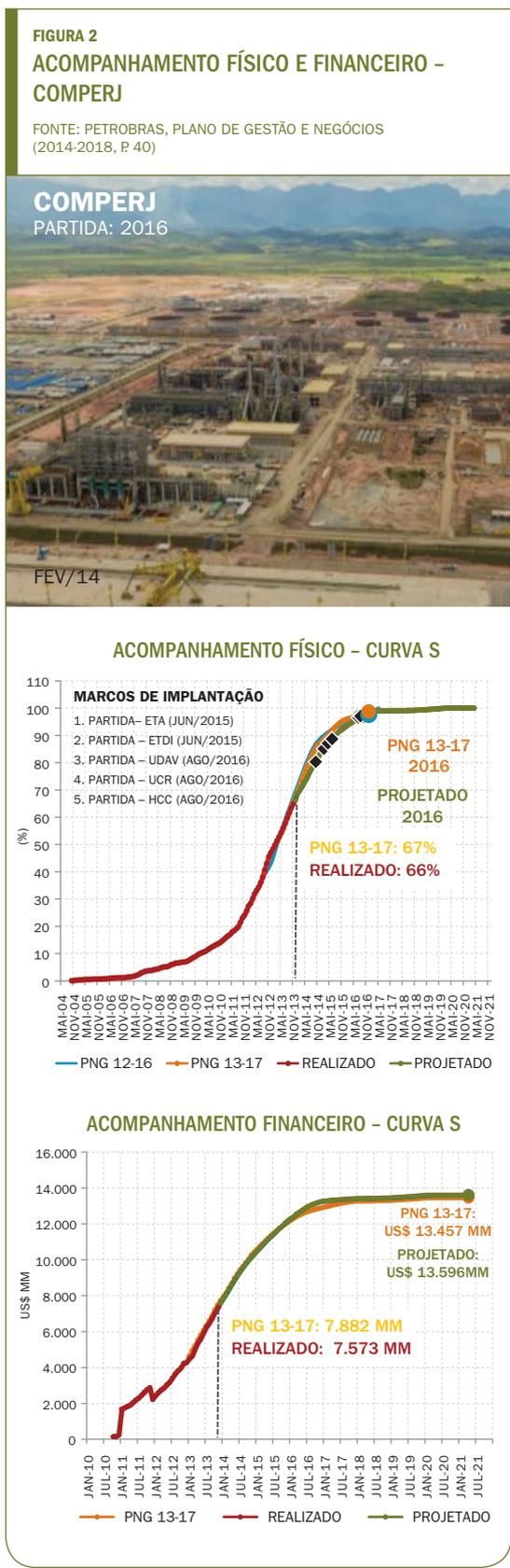


Em 2014, contudo, já havia o anúncio do adiamento da entrada em operação da primeira refinaria, para agosto de 2016, e aumento do orçamento de execução da obra para US\$ 12 bilhões (Figura 2).

Conforme estudo realizado pela FGV para a Firjan no ano de 2008, as expectativas eram:

No que se refere à fase de operação, a expectativa da Petrobras é de que o Comperj gere um faturamento anual da ordem de US\$ 5,8 bilhões, decorrente de vendas tanto dos produtos produzidos pela Unidade de Petroquímicos Básicos (62%) quanto pela de Petroquímicos Associados (38%). [...] As atividades passíveis de serem induzidas compõem uma gama variada, dentre as quais destacam-se a implantação de indústrias consumidoras de insumos petroquímicos básicos produzidos pela UPB, indústrias consumidoras de resinas termoplásticas produzidas pelas UPAs, indústrias consumidoras intermediárias de produtos de material plástico, atividades de apoio ao Comperj e às indústrias criadas à jusante na cadeia produtiva e atividades associadas aos efeitos induzidos pela renda (salários, lucros, impostos etc.) gerada pelos empreendimentos (efeito-renda). [...] As estimativas referentes ao cenário conservador sinalizam o potencial de instalação de 362 novas indústrias do setor de material plástico no estado, gerando cerca de quinze mil empregos diretos, investimentos da ordem de R\$ 900 milhões e um faturamento anual próximo de R\$ 2,4 bilhões (FIRJAN/FGV, 2008, pp. 4-5).

Com relação à geração de empregos, a avaliação era que o pico das contratações da fase de implantação ocorreria em 2011, quando era prevista a finalização da construção civil do Comperj. A estimativa era de geração de algo próximo a 173 mil postos de trabalho, dos quais cerca de 75 mil no estado do Rio de Janeiro, sendo 65 mil na Região de Influência Ampliada e 22 mil na Região de Influência Direta (FIRJAN/FGV, 2008, p. 5). Já para o momento de funcionamento do empreendimento, a previsão era:



Em um ano típico de operação, no cenário conservador (pós 2015), serão sustentados pelas empresas do setor plástico que irão se instalar no Rio de Janeiro mais de 117 mil empregos no estado, sendo 41 mil na Região de Influência Direta. O cenário otimista prevê a sustentação de cerca de 168 mil no estado e 63 mil na Região Direta (FIRJAN/FGV, 2008, p. 5).

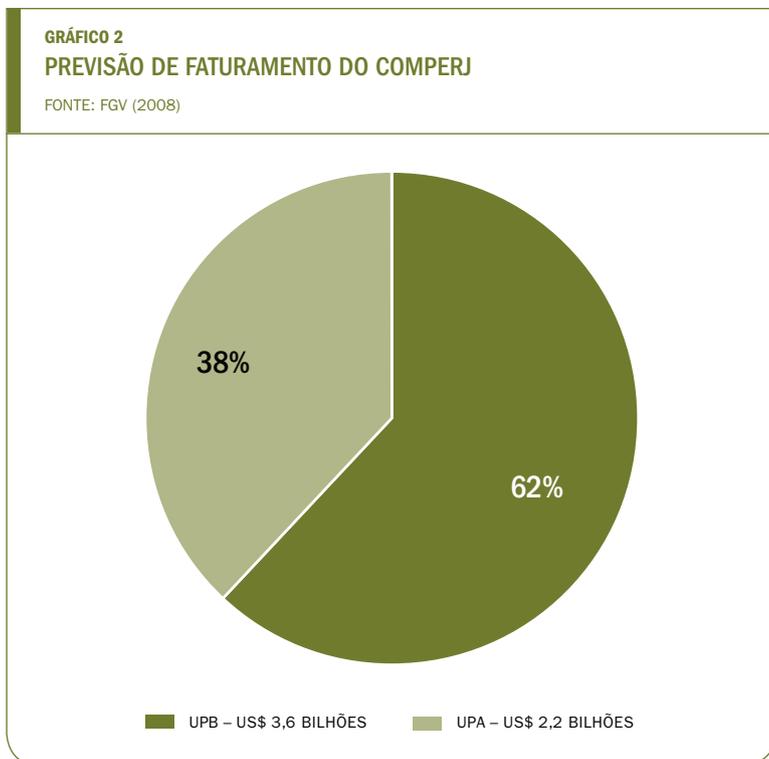
Também se destacou que, mesmo com o início da implantação das indústrias de produtos de material plástico entre 2012 e 2014, havia previsão de uma significativa diminuição dos postos de trabalho por conta do término da etapa de construção civil da implantação do Comperj.

No entanto, outro estudo elaborado pelo Sistema Firjan sobre as intenções de investimentos no estado do Rio de Janeiro apresenta as prospecções para o triênio de 2014-2016 e, em relação à instalação do Comperj, é possível observar que, no ano de 2013, havia mudanças referentes às expectativas de investimentos:

O projeto do Comperj passou por reformulações visando aproveitar a produção de petróleo e gás natural das reservas de pré-sal da Bacia de Santos. Em seu novo formato, a produção de combustíveis (óleo diesel, gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo) torna-se ainda mais relevante. O projeto da parte petroquímica, hoje sob análise da Braskem, está em desenvolvimento. A empresa espera, em 2014, decidir se executará o projeto, que, diferentemente do inicialmente previsto, deverá processar gás natural proveniente das camadas de pré-sal da Bacia de Santos (FIRJAN, 2013, p. 46).

O desenvolvimento da parte petroquímica do Comperj, tomada como certa no ano de 2008, em 2013 foi apresentada condicionada à avaliação da Braskem: “Caso a parte petroquímica de fato seja executada, as oportunidades estão relacionadas à expansão da indústria de material plástico, já que a disponibilidade de matéria-prima para essas indústrias representa um importante fator para a atração de novos investidores” (FIRJAN, 2013, p. 47).<sup>13</sup>

Essa incerteza no desenvolvimento do projeto das UPAs afeta diretamente a atração de indústrias da cadeia produtiva de material plástico e muda as expectativas de geração de emprego e renda na região. Para se ter uma ideia, a estimativa era que, na fase de operação, o Comperj gerasse um faturamento anual de US\$ 5,8 bilhões, decorrente da venda de produtos para público externo produzidos pela



13. Cabe pontuar que até 2011 a Petrobras considerava certa a construção das Unidades de Petroquímicos Associados no Comperj, conforme consta no Relatório de Gestão do ano: “A refinaria do Comperj está sendo construída em Itaboraí-RJ e está programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para 2014, com capacidade de processamento de 165 mil barris por dia de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil barris por dia de óleo. Essa refinaria produzirá diesel, GLP, QAV, nafta, óleo combustível, coque e enxofre, a fim de suprir o mercado nacional de derivados combustíveis e fornecer matéria-prima às unidades petroquímicas” (PETROBRAS, 2012, p. 49).

UPB (US\$ 3,6 bilhões) e pelas UPAs (US\$ 2,2 bilhões) (FIRJAN/ FGV, 2008, p. 7).

Em relação ao cenário da expansão das indústrias de material plástico, não havendo mais a construção das UPAs, as previsões de número de empregos gerados por essa cadeia produtiva – entre 15 mil e 30 mil – e de investimentos e faturamento das indústrias precisam ser reconsiderados, mesmo quando se toma por referência o que foi estipulado para definir um cenário conservador:

Essa mudança no planejamento original não afeta apenas as previsões realizadas para a fase de operação do Complexo. As estimativas de número de contratações e investimentos durante a fase de instalação também são alteradas quando já não se prevê a construção das Unidades de Refino de Petroquímicos Associados e de uma cadeia de indústrias de material plástico, afetando assim a previsão do número de desligamentos no setor da construção civil nesse período.

**TABELA 1**

**CENÁRIO CONSERVADOR DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO NO RIO DE JANEIRO**

FONTES: FGV (2008)

VARIÁVEIS	PORTE			TOTAL
	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	
NÚMERO DE INDÚSTRIAS A SE INSTALAREM, POR PORTE	331	29	2	362
NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS, POR PORTE	7.966	6.099	1.402	15.417
VALORES DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR PORTE (R\$)	497.808.656	358.451.920	78.975.342	935.235.827
VALOR DE FATURAMENTO, POR PORTE (R\$)	1.256.656.769	954.233.700	221.130.956	2.431.929.825

**TABELA 2**

**CENÁRIO OTIMISTA DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO NO RIO DE JANEIRO**

FONTES: FGV (2008)

VARIÁVEIS	PORTE			TOTAL
	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	
NÚMERO DE INDÚSTRIAS A SE INSTALAREM, POR PORTE	662	58	4	724
NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS, POR PORTE	15.932	12.098	2.084	30.834
VALORES DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR PORTE (R\$)	995.617.130	716.903.840	157.950.684	1.870.471.654
VALOR DE FATURAMENTO, POR PORTE (R\$)	2.513.130.338	1.908.467.400	442.261.912	4.863.859.650

**FIGURA 3**  
**CONSTRUÇÃO DO COMPERJ**

FONTE: PETROBRAS (2013, P. 37).



14. Em dezembro de 2014, Carlos Fadigas, presidente da Braskem, anunciou que a conjuntura econômica inibia a participação da empresa em investimentos no Comperj: “Enquanto há uma indefinição sobre preços no Brasil, estamos investindo US\$ 4,5 bilhões no México, onde a matéria-prima é competitiva” (VALOR ECONÔMICO, 17/12/2014). Esse anúncio confirma que, ao menos por enquanto, não há previsão para construção das UPAs no Complexo.
15. A queda do preço do barril de petróleo, estimado em US\$ 60 em dezembro de 2014, diminui a margem de lucratividade da Petrobras com custos de produção, estimados em US\$ 45. O principal fator que estimula a queda do preço é a oferta superior à demanda do produto. Economistas indicam que com uma correlação de forças políticas mundiais que visam manter os baixos preços praticados, estima-se a configuração de uma nova geografia do petróleo, com a transferência de renda dos países produtores para os compradores do produto. Entre os primeiros, figuram países como a Rússia, a Venezuela e os principais países integrantes da Organização de Países Exploradores de Petróleo (Opep). Do lado dos que se beneficiam com a nova configuração estão alguns dos países que hoje enfrentam dificuldade para sair da crise financeira mundial, como a Alemanha e o Japão. Os Estados Unidos têm benefícios diretos menores por causa da exploração de petróleo e gás de xisto, que reduziu enormemente a dependência do produto importado e elevou o país ao posto de terceiro maior produtor mundial. Nesse contexto, as análises apontam que o Brasil, ainda produtor e comprador de petróleo, no curto prazo, pode se beneficiar com os lucros na importação da gasolina. No longo prazo, contudo, a baixa cotação do petróleo pode ser prejudicial, pois contraria as previsões otimistas feitas pelo governo de se tornar um grande exportador de petróleo, em função da descoberta do pré-sal, em 2006. Sobre os impactos dessa nova conjuntura nos planos da Petrobras, é válido consultar o documento Plano Estratégico 2030 e Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 (disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao/>).

De todo modo, ainda segundo dados divulgados pela Firjan, a implantação do Comperj continua sendo o maior investimento previsto no estado do Rio de Janeiro no período de 2014 a 2016, movimentando R\$ 20 bilhões no setor petroquímico (FIRJAN, 2013, pp. 14 e 16), com oportunidades de investimento e geração de emprego e renda “nos serviços de engenharia e fornecimento de produtos – principalmente equipamentos de grande porte. Haverá também grande demanda por moradia, comércio, serviços e educação/qualificação, graças ao grande contingente de mão-de-obra alocado no projeto” (FIRJAN, 2013, p. 47).

Contudo, diante dos acontecimentos ocorridos em meados de 2014 e início de 2015, o cenário é muito diferente das previsões realizadas, inclusive as mais conservadoras: além do estouro do orçamento, aumento do cronograma da obra e mudanças no planejamento original,<sup>14</sup> ocorreram denúncias de um esquema de corrupção envolvendo diretores da Petrobras e donos de empresas licitadas para a construção do Complexo; somadas à queda vertiginosa do preço do petróleo.<sup>15</sup> Esses fatores já impulsionam a diminuição de investimentos, a falência de empreendimentos na região e um grande número de demissões de trabalhadores e trabalhadoras, em alguns casos com graves denúncias de violações de seus direitos, acirrando um quadro de crise social e econômica no município de Itaboraí e demais cidades da área de influência do empreendimento.



## IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AAI

### CIDADANIA VIVIDA NA AAI

O cenário acima descrito promoveu fortes mudanças no comportamento do mercado de trabalho formal do município de Itaboraí e demais municípios que estão na área de influência do Comperj. Alguns estudos já apontaram as principais transformações ocorridas nos últimos anos, destacando o crescimento de todos os setores, mais especificamente o setor de serviços; o setor da indústria; o subsetor do comércio e da produção de máquinas; e o setor da construção,<sup>16</sup> que, comprovadamente, estão relacionados às atividades de instalação do empreendimento (ver: NEED/UFF, 2010; SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO, 2011 e 2013; BRITO ET AL., 2012; FIRJAN, 2013).<sup>17</sup>

## DIREITO AO TRABALHO

# Situação do Acesso ao Emprego no Mercado de Trabalho Formal

A partir dessas análises, que tomam como base os dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho,<sup>18</sup> é possível observar que, de modo geral, houve um crescimento das admissões em empregos formais na região impulsionado especificamente pelos setores já supracitados. Para se ter uma ideia, se tomarmos como referência os municípios que estão na área de atuação do projeto Incid, comparando a geração de empregos

16. Com base nas categorias e subcategorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0.

17. Essas análises apontam tendências para investimentos, ou realizam um monitoramento para investidores/as e gestores/as, discorrendo pouco sobre os impactos diretos dessas mudanças na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

18. Os dados do Caged correspondem a um levantamento mensal entre admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos – desligados = empregados no último dia do mês) e envolve apenas empregados celetistas. A Rais faz um levantamento anual de todos os empregados do ano-base em 31 de dezembro e da movimentação dos admitidos e desligados mês a mês, incluindo: estatutários, celetistas, temporários e avulsos. Refletem, portanto, a situação do conjunto do mercado de trabalho formal.

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação de acesso ao emprego no mercado de trabalho formal
<b>DEFINIÇÃO</b>	Comparação do número total de admissões em empregos formais em todos os setores por município (2007 e 2014)
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2007 e 2014
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Número de admissões em empregos formais em todos os setores por município (2007 e 2014)

formais em todos os setores nos anos de 2007 e 2014,<sup>19</sup> temos o seguinte panorama:<sup>20</sup>

Com base nos dados apresentados, é possível observar que houve expressivo aumento no número de admissões em postos de trabalho do mercado formal, saltando de 153.570 para 230.860 entre 2007 e 2014, um crescimento de mais de 50%, considerando toda a região.<sup>21</sup>

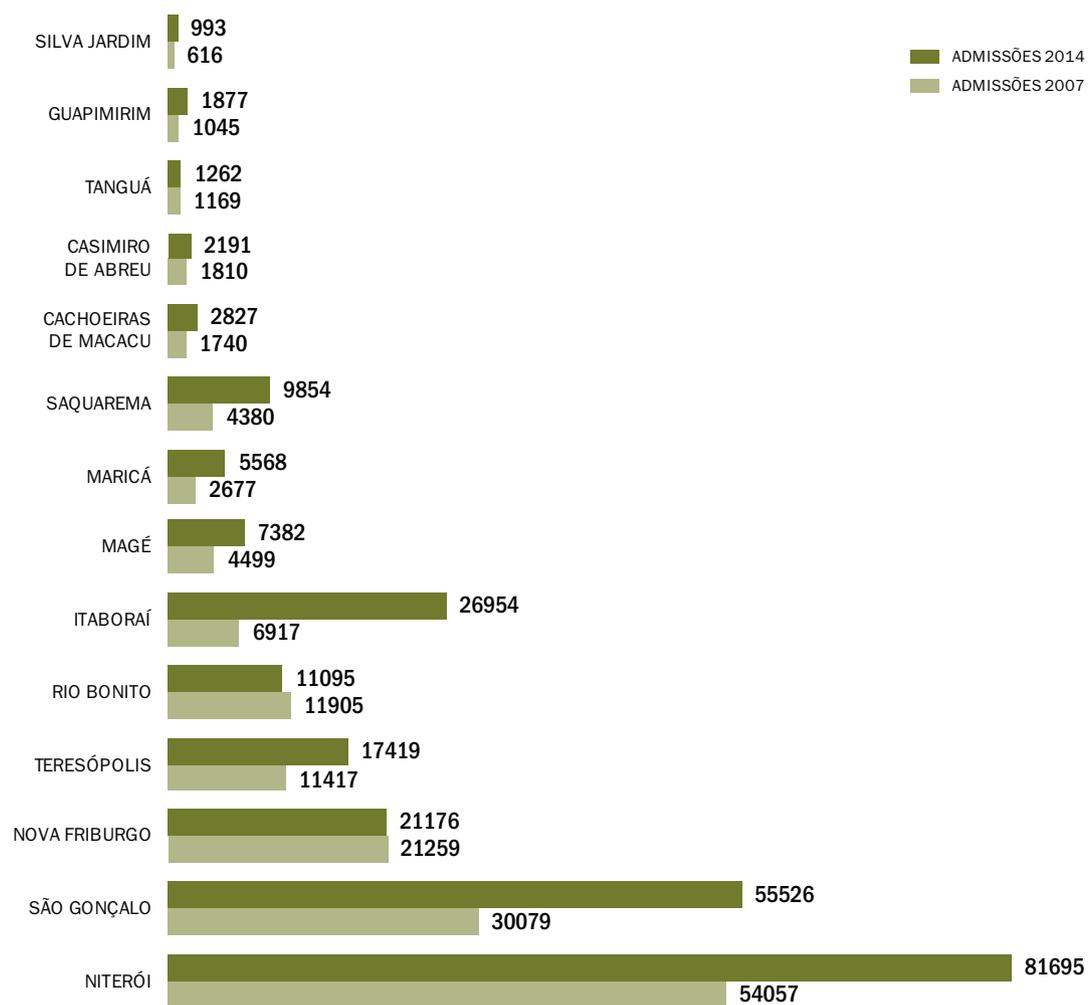
Ganham destaque os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí como os que apresentaram maiores taxas de crescimento no período: 41%, 72% e 272%, respectivamente. Já os municípios de Rio Bonito e Nova Friburgo apresentaram retração no número de admissões formais no mesmo período, com diminuição de 900 e 915 postos de trabalho no mercado formal no ano de 2014, o que corresponde a um decréscimo de 7,5% e 4,3% em relação a 2007.

19. Adotaram-se os anos de 2007 e 2014 como parâmetro para a coleta e a análise dos dados, quando disponíveis nesse período. O objetivo foi fazer o retrato do momento em que se iniciavam as atividades nos canteiros de obras do Comperj e outro, mais recente, em que já se sinalizava o término da etapa da construção civil do empreendimento.
20. Cabe mencionar que tanto a Rais quanto o Caged são bancos alimentados por registros administrativos e, por isso, disponibilizam uma gama enorme de informações sobre o mercado de trabalho formal, entretanto é necessário cautela na utilização e interpretação dos dados. As principais vantagens estão relacionadas à abrangência dessa fonte de informação, atingindo até o município, e à diversidade de cruzamento em nível ocupacional e setorial. Quanto às limitações, a principal diz respeito à omissão de declaração dos estabelecimentos, secundada por erro de preenchimento. Esta última pode ocorrer por informações incompletas ou incorretas. Outro problema existente está relacionado às declarações agregadas na matriz, quando o procedimento correto seria o fornecimento dessas informações por estabelecimento. Esses problemas, principalmente o primeiro, ocorrem destacadamente em municípios menores. E em alguns setores, percebem-se informações mais comprometidas que em outros. Inserem-se nesse contexto a agricultura, a administração pública e a construção civil. (Registros administrativos: Rais e Caged. — Brasília: MTE, SPPE/DES/CGET, 2000. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/download/orientacoes-para-uso.htm>).
21. Cabe observar que essa tendência de crescimento acompanha uma tendência mais geral do estado e do país: “De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho, o ano de 2010, no estado do Rio de Janeiro, registrou crescimento de 5,94% do emprego formal, decorrente da geração de 228,8 mil postos de trabalho. [...]. No país, o mercado de trabalho formal registrou 2,861 milhões de empregos adicionais, [...] representando um crescimento de 6,94%” (SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, 2011, p. 51). Já em 2012, ainda que haja crescimento no mercado de trabalho formal do país da ordem de 2,48%, correspondente a 1,148 milhão de empregos adicionais, observa-se uma retração significativa em relação aos anos anteriores. No estado, a avaliação é do crescimento de 2,59% do emprego formal, decorrente da geração de 112.654 postos de trabalho, resultado que também representa um recuo em relação aos avanços dos anos anteriores (SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, 2013, p. 56).

GRÁFICO 3\_DIREITO AO TRABALHO

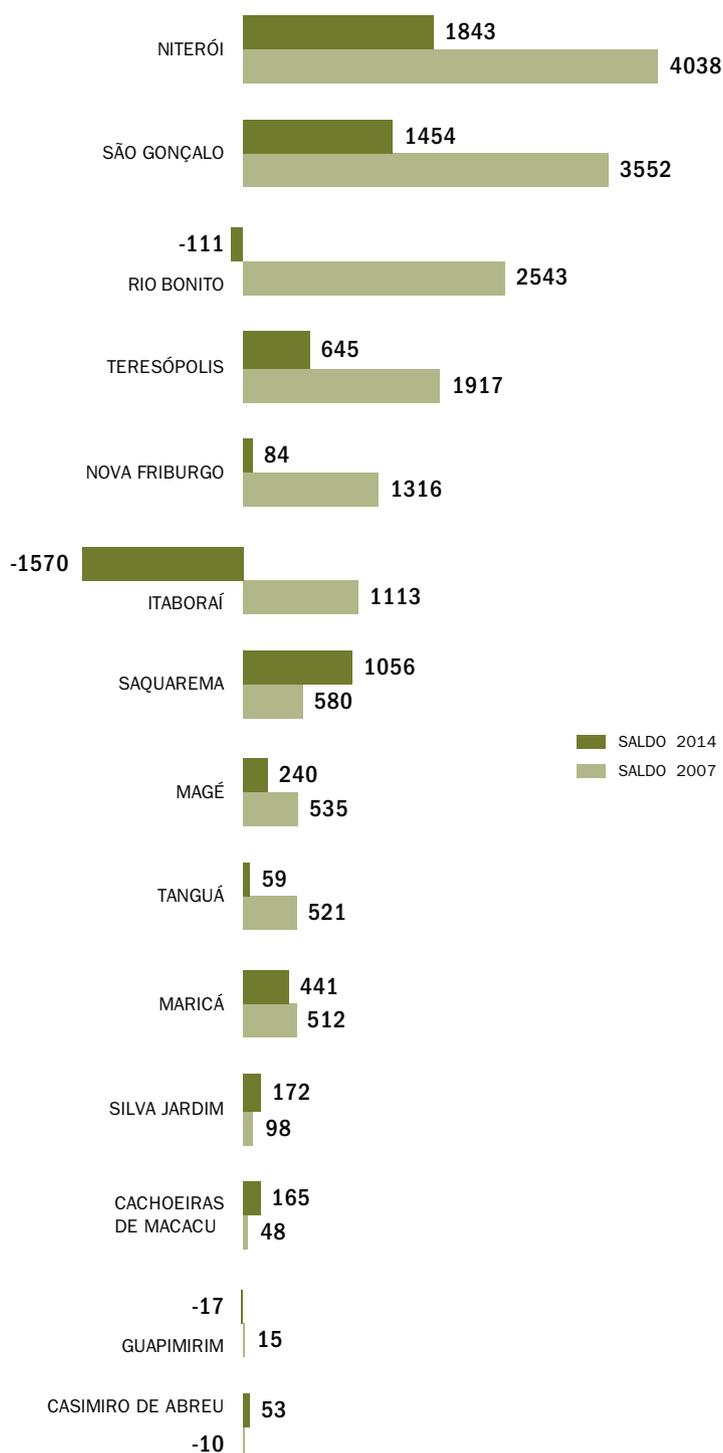
SITUAÇÃO DE ACESSO AO EMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

FONTE: CAGED/MTE



**GRÁFICO 4\_DIREITO AO TRABALHO**  
**SITUAÇÃO DO SALDO DE ADMISSÕES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

FONTES: CAGED/MTE



DIREITO AO TRABALHO

## Situação do Saldo de Admissões no Mercado de Trabalho Formal

Se avaliarmos o saldo entre admissões e desligamentos,<sup>21</sup> considerando todos os setores nesse mesmo período, verificaremos que, ao contrário da tendência observada nos estudos de referência citados anteriormente,<sup>22</sup> há na maioria dos municípios o aumento do número de desligamentos em relação ao número de admissões, o que pode ser observado com a diminuição do número da variação absoluta no ano de 2014, conforme revela o gráfico ao lado.

Analisando o saldo entre admissões e desligamentos, fica perceptível que, assim como houve o aumento no número de admissões, houve também aumento no número de desli-

22. Para esse cálculo específico, utilizamos como referência o total dos desligamentos registrados no período, incluindo, portanto, desligamentos a pedido, por transferência, aposentadoria ou morte, desligamentos que não se dão apenas em função da vontade do empregador.

23. Esses estudos apontam estabilidade do saldo na maioria dos municípios. Tal diferença, provavelmente, decorre do período em que os dados foram analisados, entre os anos de 2009 a 2012, quando ainda não havia impactos das mudanças no planejamento do Comperj e da crise política e econômica que atravessa o país desde 2014.

gamentos nos municípios. Existe, no entanto, maior tendência para o aumento do número de desligamentos em quase toda a região, à exceção de Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu, que tiveram uma melhora relativa desse saldo; e Saquarema, que teve uma melhora ainda mais expressiva, saltando de 580 para 1.056 o saldo de admissões.

Nos demais municípios, o saldo entre admitidos e desligados diminuiu, ou seja, a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras desligados se aproximou ou ultrapassou a quantidade de admitidos e admitidas, sinalizando que há retração de acesso ao mercado de trabalho formal. Destacam-se, nesse contexto, os municípios de Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Niterói, que apresentaram uma redução significativa desse saldo, com grande número de desligamentos. Itaboraí, especificamente, passou a ter maior número de desligamentos que admissões no ano de 2014, diferentemente do que ocorria em 2007, com 1.570 trabalhadores e trabalhadoras a mais que o número de admitidos e admitidas.

Na sequência, Teresópolis, Nova Friburgo e Tanguá também apresentaram aumento no número de desligamentos em 2014.

Desse modo, a situação de toda a região apresenta relativa piora quando se compara a variação absoluta entre admissões e desligamentos nos anos de 2007 e 2014,<sup>24</sup> como fica evidenciado no gráfico abaixo, em que se pode ver que houve retração de 16.778 para 4.514 admissões em toda a AAI, estando o saldo ainda positivo, isto é, havendo mais admissões que desligamentos em toda a área. É importante levar em consideração essa avaliação quando se reflete sobre a situação do mercado de trabalho formal, ponderando sobre os efeitos positivos

24. Essa tendência da região acompanha uma tendência nacional, conforme as análises mais recentes: “Em que pesem os resultados anuais das pesquisas, que apontam redução das taxas de desemprego em 2014, comparativamente a 2013, o mercado de trabalho passou a enfrentar um processo de retração a partir do segundo semestre do ano passado. No quarto trimestre, a eliminação de postos de trabalho foi superior à criação de novos empregos” (DIEESE, 2015, p. 3).

#### FICHA TÉCNICA

##### ENUNCIADOR DO INDICADOR

Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal

##### DEFINIÇÃO

Saldo do número de admissões em empregos formais em todos os setores

##### FONTE DE PESQUISA

Caged/MTE

##### ANO DE REFERÊNCIA

2007 e 2014

##### TIPO DE MEDIDA

Numeral

##### VARIÁVEIS

Diferença do total de admissões em relação ao total de desligamentos em empregos formais em todos os setores nos municípios (2007 e 2014)

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal – AAI
<b>DEFINIÇÃO</b>	Saldo do número de admissões e desligamentos em empregos formais em todos os setores (2007 e 2014)
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2007 e 2014
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Diferença do total de admissões em relação ao total de desligamentos em empregos formais em todos os setores (2007 e 2014)

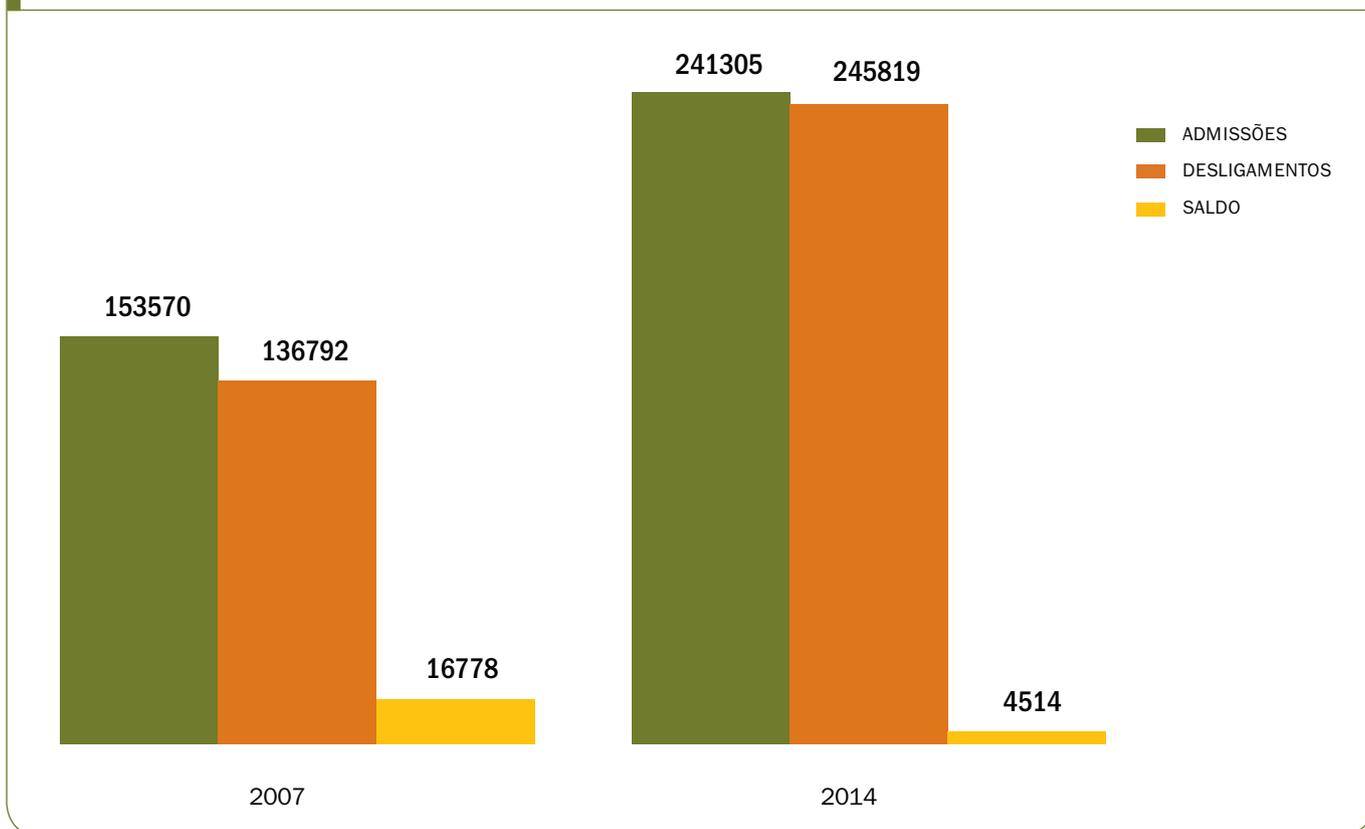
do aumento de admissões nos municípios. Para o trabalhador e a trabalhadora, ainda que nunca se tenha admitido tanto no mercado de trabalho formal, também nunca foi tão grande o número de desligamentos.

Comumente, os impactos dessa mudança do mercado de trabalho na vida do trabalhador e trabalhadora são: o aumento do desemprego e a diminuição dos salários, pois as empresas promovem maior rotatividade para se beneficiar do aumento da oferta de mão-de-obra, substituindo os funcionários ativos, contratados quando o mercado estava aquecido, por novos, com salários menores.

GRÁFICO 5\_DIREITO AO TRABALHO

SITUAÇÃO DO SALDO DE ADMISSÕES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AAI

FONTE: CAGED/MTE





DIREITO À EDUCAÇÃO

# Garantia da Oferta de Ensino Técnico e Profissional

Esse indicador tem como objetivo verificar qual o esforço do poder público para garantir a formação profissional numa região em que há grande demanda por especialização técnica e qualificação profissional. Para tanto, revela a oferta de ensino técnico e profissional, apresentando comparativamente o número total de matrículas na rede pública e na rede privada nos municípios da AAI.

A oferta de ensino técnico e profissional pelo Estado brasileiro é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que estabeleceu o Ensino Médio como nível base para cursar essa modalidade de ensino e passou a exigir que todos os alunos e alunas desse segmento tivessem um mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias que poderiam ser complementadas, mas não substituídas, pela formação profissional. Além da LDB, em outubro de 2011, o governo federal sancionou a Lei 12.513, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao En-

sino Técnico e Emprego (Pronatec), colocando toda a política de ensino profissional e técnico do país no escopo do Ministério da Educação. Finalmente, há um conjunto de portarias e resoluções que asseguram aos trabalhadores e trabalhadoras o direito à qualificação por meio de ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e articuladas com as políticas educacionais e de desenvolvimento.<sup>25</sup>

FICHA TÉCNICA

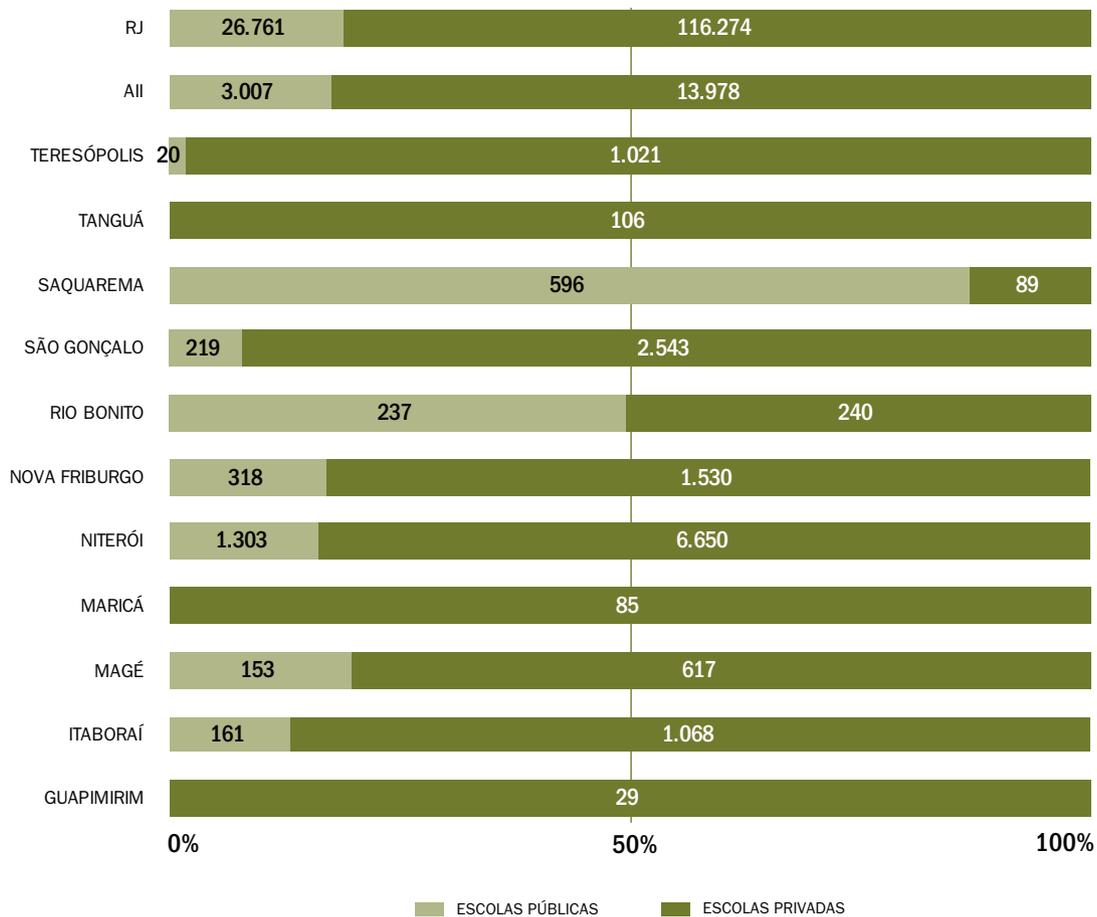
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito à educação: garantia de oferta de ensino técnico profissional
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número de matrículas no ensino técnico profissional por rede de ensino
<b>FONTES DE PESQUISA</b>	Inep – Censo escolar
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2014
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Matrículas no ensino técnico e profissional na rede pública e privada

25. NQ 2003 – Bases de uma nova política de qualificação. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pnq/conheca-o-plano-nacional-de-qualificacao-pnq.htm>.

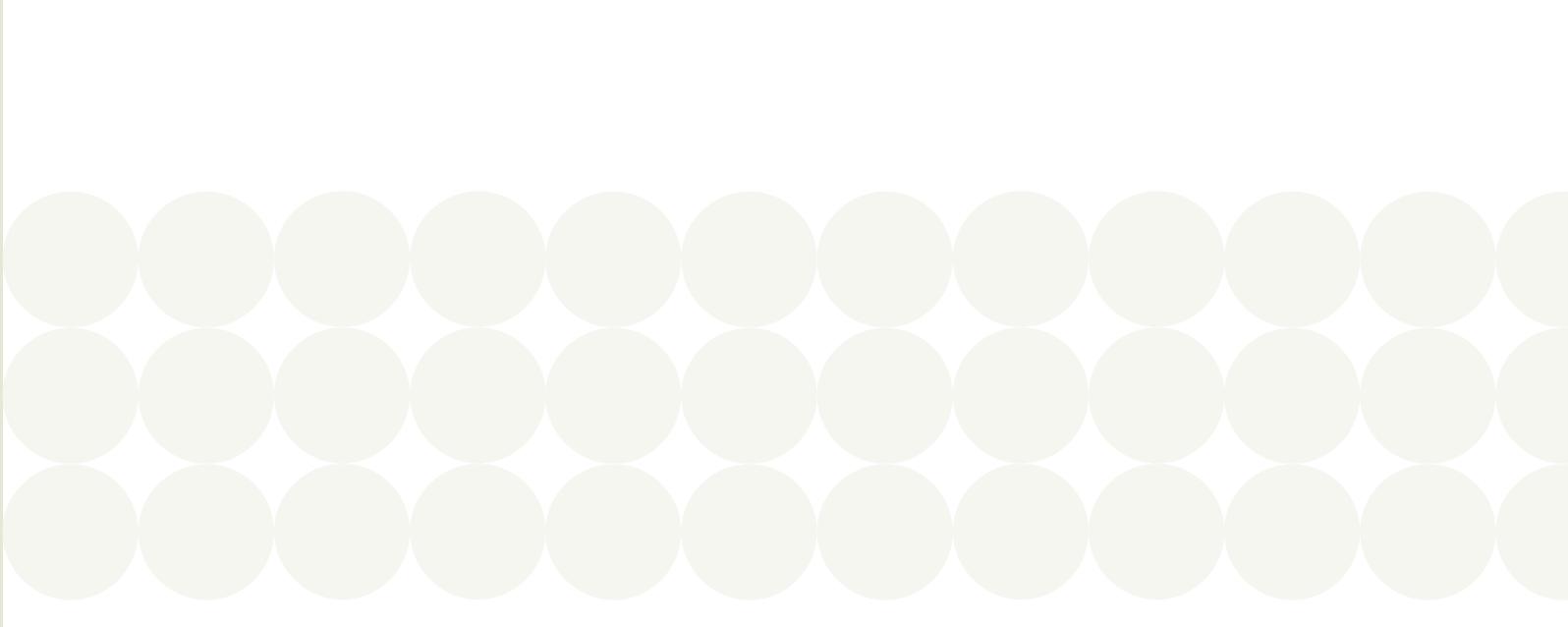
GRÁFICO 6\_DIREITO À EDUCAÇÃO

GARANTIA DE OFERTA DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

FONTE: INEP -CENSO ESCOLAR, 2014



OBSERVAÇÃO: Os municípios de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu não apresentaram informações de matrículas.



A escolha por construir o indicador a partir dos dados relativos à política educacional de formação visa considerar o esforço do poder público em garantir uma formação integral qualificada para a população, visando não apenas ações que garantem a instrução e a aquisição de conhecimento técnico específico. Consideramos que, ao promover políticas de formação técnica e profissional no eixo da educação, o poder público não apenas instrumentaliza os(as) trabalhadores(as), mas dá condições para que as pessoas ingressem no mercado de trabalho com maior autonomia e possibilidades de escolha.

A partir do levantamento realizado, o primeiro dado que chama a atenção é que os municípios de Siva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu não apresentaram informações de matrículas no ensino técnico e profissional o que indica que os/as estudantes destes municípios que desejam cursar um ensino técnico devem recorrer às escolas dos municípios do entorno. Já nos municípios de Guapimirim, Maricá e Tanguá há registro de matrículas apenas na rede privada, possivelmente por não haver oferta desta modalidade de ensino na rede pública de educação.

Niterói se destaca por concentrar o maior número de matrículas, tanto na rede pública quan-

to na rede privada de ensino. Isso deve ocorrer porque esse município atende à demanda dos municípios do entorno. Na sequência estão São Gonçalo, Nova Friburgo, Itaboraí e Teresópolis que também apresentam taxas de matrículas no ensino técnico profissional acima de 1.000. Observa-se em todos esses municípios que é maior o número de matrículas na rede privada.

À exceção de Rio Bonito e Saquarema, em todos os municípios em que há matrículas no ensino profissional nas redes pública e privada, o número de matrículas na rede privada supera o número de matrículas na rede pública. Esse dado permite inferir que, não sendo garantido pelo Estado, a oferta de ensino técnico e profissional passou a ser um mercado profícuo. Essa tendência observada na AAI acompanha a tendência observada no estado do RJ em que é muito maior também o número de matrículas na rede privada.

O número de matrículas no ensino técnico profissional em toda AAI corresponde a aproximadamente 12% do total de matrículas neste segmento de ensino do Estado do RJ, no ano de 2013. Diante desse cenário, a garantia do direito à formação da população por meio da oferta de ensino técnico e profissional está muito aquém da crescente demanda provocada pela instalação do Comperj na região.



DIREITO AO TRABALHO

# Participação Cidadã pelo Direito ao Trabalho e Renda

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: participação cidadã pelo direito ao trabalho e renda
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de espaços de participação cidadã cujo tema de atuação é trabalho e renda em relação à população municipal
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Ibase/Incid
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2015
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Proporção
<b>VARIÁVEIS</b>	Número de espaços de participação cidadã pelo trabalho e renda/população estimada no município pelo IBGE
<b>CONSTANTES</b>	X 10.000

As lutas e reivindicação pelo direito ao trabalho são históricas, marcadas principalmente pela presença de sindicatos e outras associações trabalhistas. No Brasil, a criação de um sistema de proteção do trabalhador e da trabalhadora no início do século XX remonta a uma série de reivindicações por melhores condições de trabalho, salários e outras garantias em relação aos direitos trabalhistas, por meio de ações históricas, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Nas últimas décadas, assistiu-se ao desmonte de vários direitos sociais conquistados, flexibilização e precarização do trabalho. No entanto, vários movimentos sociais e organizações civis vêm agregando às suas bandeiras a luta pelo direito ao trabalho, tais como o movimento sindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, organizações e movimentos de mulheres, organizações e movimentos pela igualdade racial, entre outros, fortalecendo as diversas lutas dos movimentos operário e trabalhista.

Nesse sentido, o Incid, por meio das informações disponíveis no Banco de Dados de es-

paços e ações da Cidadania, criou um indicador a partir do número de cadastros de espaços de participação cidadã na luta pelo “direito ao trabalho e renda” em cada um dos municípios da AAI dividido pelo total da população de cada município e multiplicado por dez mil (10.000).

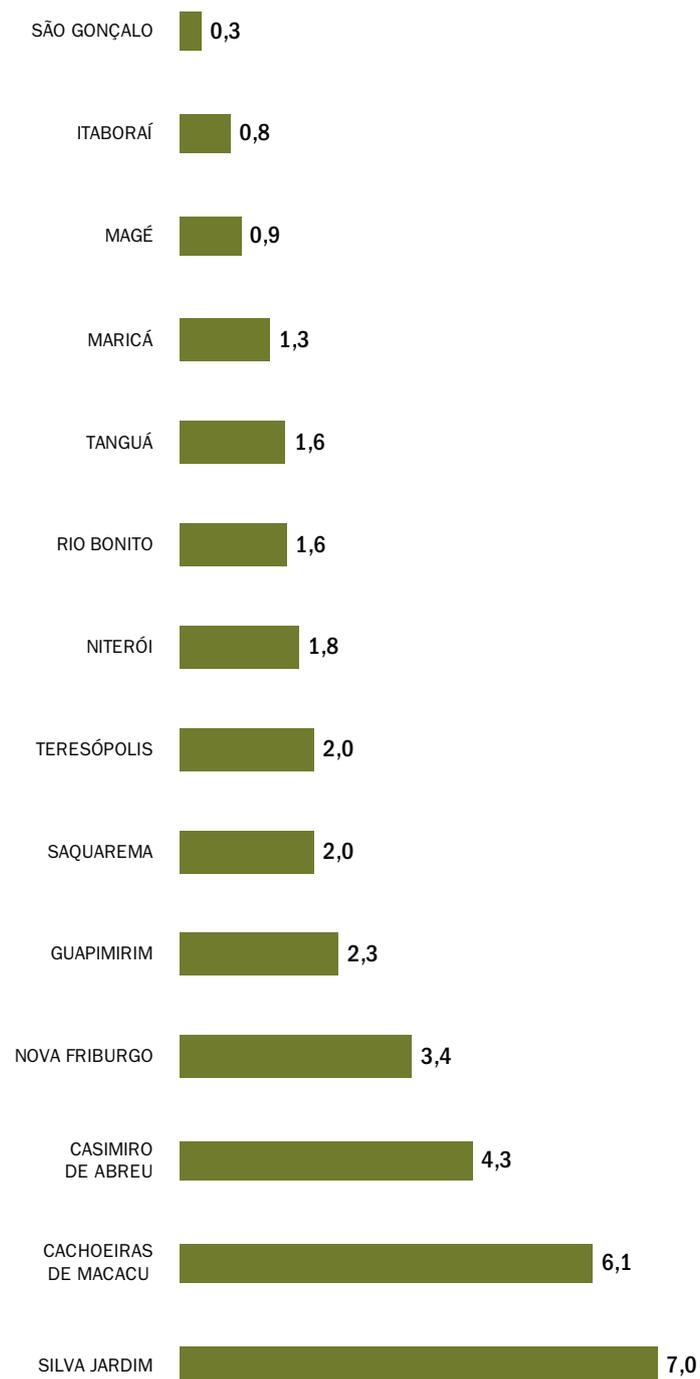
O objetivo é apresentar o percentual comparativo de instituições, organizações e grupos organizados pelo direito ao trabalho em relação ao total da população. Foram considerados os espaços cadastrados no Banco de Dados da Cidadania cujo tema de atuação é trabalho e renda.

Silva Jardim (7,03) e Cachoeiras de Macacu (6,08) apresentam a maior relação entre número de espaços de participação cidadã pelo trabalho e a população residente. Os municípios de São Gonçalo (0,32) e Itaboraí (0,75), ao contrário, apresentam os menores índices nessa relação. Nota-se que, embora os índices de São Gonçalo e Itaboraí sejam tão baixos, em todos os municípios do território foram encontrados espaços de participação cidadã que atuam na luta pelo direito ao trabalho e pelo direito à renda.

GRÁFICO 7\_DIREITO AO TRABALHO

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELO DIREITO AO TRABALHO E RENDA – PROPORÇÃO DE ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ CUJO TEMA DE ATUAÇÃO É TRABALHO E RENDA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO MUNICIPAL (X10000)

FONTE: IBASE/INCID (2015)





# Trabalhadores e trabalhadoras do Comperj

Grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que hoje dão vida ao mercado de trabalho formal de Itaboraí e de parte da região do entorno está direta ou indiretamente vinculada às atividades de construção do Comperj, seja prestando serviços para as empreiteiras que constroem o Complexo, seja fornecendo serviços e produtos para a manutenção dessas atividades e das pessoas que as realizam.

Especificamente no cotidiano da cidade de Itaboraí, a presença dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj<sup>26</sup> não passa despercebida: são milhares de homens, em sua maioria, que durante a semana transitam com os macacões das empreiteiras contratadas para realizar a megaobra. Eles e elas circulam no horário da manhã, por volta das sete horas, ou no fim da tarde. A eles e elas somam-se os ônibus que trafegam levando aqueles e aquelas que resi-

dem em outras cidades, como São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá e Duque de Caxias, entre outras.

Nos finais de semana, essa presença é menos perceptível, pois não há mais o uniforme e a rotina de entrada e saída do trabalho que os identifique. Contudo, os diferentes sotaques, os hábitos alimentares, que fizeram surgir estabelecimentos e barracas informais de venda de comidas típicas do Norte e do Nordeste, e a busca por lazer, que fez tornar populares as festas de forró e shows de cantores e cantoras de arrocha (estilo musical popular no estado da Bahia), são indícios da mudança social e cultural em curso com a presença desses trabalhadores e trabalhadoras na cidade.

Estima-se que, no canteiro de obras do Comperj, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados é de, no mínimo,

---

26. No caso, a pesquisa foi realizada ainda na fase de instalação do Complexo e a reflexão que segue é restrita às condições dos trabalhadores e trabalhadoras contratados para construir o Complexo, ou seja, daqueles e daquelas que trabalharam nos canteiros de obras. Mas cabe observar que, mesmo na fase de instalação, há a presença, ainda que pouco representativa quantitativamente, de outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras, como os que são funcionários e funcionárias concursados da Petrobras. Essa configuração é muito comum nas grandes obras realizadas por essa empresa estatal e também quando essas obras entram em fase de operação. Sobre esse assunto, ver Madeira Filho e Silveira (2012), que analisam que, desde meados dos anos 1990, a Petrobras tem optado pela não renovação de quadros próprios através de concurso público. Assim, em seu quadro, há três categorias de trabalhadores e trabalhadoras: funcionários e funcionárias concursados; funcionários e funcionárias terceirizados dentro da Petrobras; e funcionários e funcionárias de outras empresas do setor privado que prestam serviços à Petrobras.

70%. Em alguns casos, a estimativa é de 90%. A maioria deles vêm de cidades da Bahia, do Pará e do Maranhão. Muitos já saíram dos seus estados de origem contratados pelas próprias empresas (em geral, por um prazo determinado); outros vieram atrás de colegas e parentes que conseguiram um posto de trabalho no Comperj.

Geralmente é assim: vem um na frente, já com emprego certo, que traz mais dez. Aí junta para arrumar onde morar. Mas tem também muito caso em que as empresas já trazem o encarregado com a equipe montada. A maioria. Aí você imagina se vai contestar aquele cara que te deu emprego? Aí cria toda uma situação que é essa que a gente vê aí. O trabalhador só reclama quando a coisa está feia mesmo (Conversa informal realizada em dezembro de 2014).

Para muitos trabalhadores e trabalhadoras, esse modo de inserção no circuito das grandes obras, no “trecho”, como dizem, se dá por uma indicação pessoal, o que acaba gerando um sentimento de débito, ou gratidão por aquele ou aquela que conseguiu o posto de trabalho. Quando essa “indicação” é realizada por um(a) superior imediato(a), esse sentimento acaba influenciando as tomadas de decisão e reivindicações por melhores condições de trabalho, moradia e/ou salariais.

Não existem, contudo, dados oficiais que comprovem essas estimativas e impressões. Há a observação dos próprios trabalhadores e trabalhadoras e, em alguns casos, de gestores públicos e representantes do sindicato que foram entrevistados durante a realização da pesquisa. Como exemplo, numa conversa com Anderson Santana, diretor do Sistema Nacional de Empregos (Sine) de Itaboraí, ele afirmou que existe uma prática recorrente das empresas de já trazerem trabalhadores e trabalhadoras contratados de outros estados que trabalham por tempo determinado, o que causa impacto na geração de empregos locais:

As empresas que vêm desse trecho [das grandes obras] acabam trazendo muita gente de fora. E é uma realidade que nós situamos e apresentamos para todos os responsáveis pelo Comperj e pela gestão municipal. Nós apresentamos que há esse grande problema para a cidade [...]: você tem todos os impactos dentro da cidade – o impacto urbano, rodoviário, [...] todos os impactos dentro da cidade – e você tem a mão-de-obra, na sua maioria, de trabalhadores externos. Estão nos alojamentos, estão em diversas coisas. Recebemos aqui e enviamos para outros estados, outros municípios, e nós ficamos com o nosso trabalhador fora do espaço. Até porque, quando chegou o Comperj, não foi preparada a mão-de-obra, não foi treinada a mão-de-obra (Arquivo Ibase. Entrevista realizada em janeiro de 2015).

A atração de trabalhadores e trabalhadoras de outros estados e cidades não é um fenômeno novo nos processos de instalação de grandes empreendimentos; pelo contrário. Por isso, no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Comperj, a pressão demográfica é citada como um dos principais impactos socioeconômicos do empreendimento. Também são citadas as mudanças no uso e ocupação do solo; o aumento dos índices de “comportamento antissocial”; o aumento da ocupação irregular de áreas urbanas/acentuação de carências sociais; o aumento do tráfego local e regional; a dinamização temporária das atividades de comércio e serviços em Itaboraí; o aumento da arrecadação tributária; e o aumento dos níveis de emprego e renda na Área de Influência Direta, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e estado do Rio de Janeiro (RIMA, 2007, pp. 100-103).

Para se ter uma ideia, os dados oficiais que informam sobre o crescimento demográfico da cidade de Itaboraí após o anúncio da instalação do Comperj apontam um crescimento médio de 16,3% em 2010, em comparação com o ano 2000 – tendência de crescimento que se mantém na estimativa da população residente divulgada em 2013 pelo IBGE:

**TABELA 3**  
**SITUAÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO**  
**ITABORAÍ 2000, 2010 E 2013**

FONTE: IBGE (2010)

**DEMOGRAFIA/POPULAÇÃO RESIDENTE/POPULAÇÃO**  
**RESIDENTE ESTIMADA (NÚMERO): ITABORAÍ**

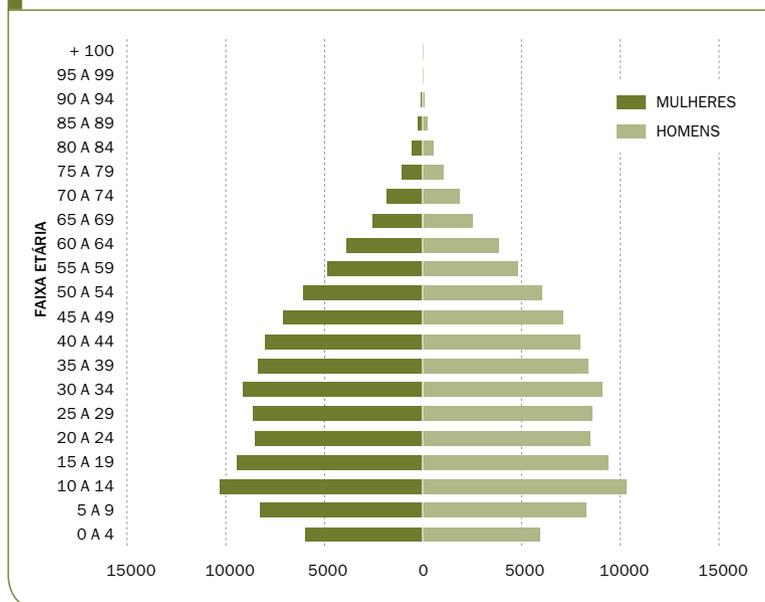
2000	187479
2010	218008
2013	225263

Comparando o crescimento populacional ocorrido na década de 2000 a partir das faixas etárias, observa-se que há uma diminuição na base da pirâmide etária em 2010, na faixa dos 0 aos 9 anos, e um pequeno aumento e estabilização da população no meio da pirâmide.

A presença de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes estados do país nos canteiros das grandes obras, caracterizando “processos migratórios”, ou “mobilidade/mobilização do trabalho”,<sup>27</sup> é característico de um contexto em que o trabalhador e a trabalhadora estão submetidos ao capital, num modelo em que mobilidade é associada à ideia de liberdade. Conforme Gaudemar, nesse modelo, o trabalhador e a trabalhadora dispõem da sua força de trabalho, mas têm absoluta necessidade de a vender:

No seu aspecto positivo, a liberdade conduz à possibilidade de o trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho, assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

**GRÁFICO 8**  
**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO – ITABORAÍ**  
 FONTE: IBGE (2010)



Os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam essa mesma situação, encontram-se em constante deslocamento, “no trecho”, como definem. Percorrendo as grandes obras para colocar à venda sua força de trabalho, mas distanciados dos laços de solidariedade que dão sentido às suas vidas: à saudade da família junta-se a necessidade de recriar constantemente laços de amizade e adaptar-se a novos hábitos culturais e sociais a cada “trecho”. Conforme um dos trabalhadores: “Não dá para acostumar a morar em alojamento. Só penso em buscar um salário melhor para ajudar na cria-

27. Para uma breve mas consistente revisão desse conceito, ver Guedes (2011, pp. 20-26). Conforme analisa: “o conceito de “mobilidade do trabalho” de Marx, explorado e desenvolvido por autores como Gaudemar (1977), orientou uma série de leituras a respeito dos significados da “migração” ou da problemática dos deslocamentos de uma maneira mais geral. O rendimento analítico de tal conceito assenta-se na possibilidade de, através dele, explorar as particularidades históricas do trabalhador submetido ao capital e, por essa razão, ao modo de produção capitalista (GUEDES, 2011, p. 23).

ção das minhas filhas (Arquivo Ibase, entrevista realizada em dezembro de 2014).

Quando empregados nos canteiros de obras, a situação desses trabalhadores e trabalhadoras não difere muito do que Leite Lopes apontou como sendo uma forma de “imobilização da força de trabalho”: “o patrão controla outras esferas de vida do trabalhador que não a esfera do trabalho (LEITE LOPES, 1979, p. 46). E prossegue:

Embora móvel e nômade, esse proletariado nômade o é entre um trabalho e outro, sendo que o período em que ele está vinculado a um e outro trabalho é relativamente curto. Mas, considerando-se o período de trabalho internamente a ele próprio, e não a sua relação com outros períodos de trabalho, a cada período de trabalho o proletário nômade está imobilizado pela moradia. [...] Esse controle seria, sob esse aspecto, maior ainda no caso do proletariado nômade que no caso do proletariado estável da vila operária, o qual contaria com a existência da família, a colocar limites ao controle da empresa sobre a esfera doméstica do operário (LEITE LOPES, 1979, p. 46).

Essa diferenciação entre a experiência de controle vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras que vêm de outros estados, os trabalhadores e as trabalhadoras “de fora”, o “proletariado nômade”, e a vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras residentes na cidade de implantação dos grandes empre-

endimentos, mais próximos do “proletariado estável da vila operária”, é de fato relevante para operar uma distinção no universo de trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, que, em algumas situações, afeta a solidariedade entre eles:

Esse pessoal que está no trecho só quer saber do salário no bolso. Não se importa de fazer hora extra, trabalhar final de semana. Por eles, a gente dormia e acordava todo dia lá. Porque eles não têm família, não têm um lazer aqui na cidade. Vêm para cá só para ganhar o dinheiro deles e depois vão embora deixando uma porção de problemas para trás. A gente, não. A gente tem filho, tem esposa e quer voltar todo mundo para casa no final do dia. Mas, na hora da votação, são eles que ganham. Se tem que trabalhar no sábado, fazer hora extra. Se depender deles, a gente sai do canteiro meia-noite e chega seis da manhã. Para eles, só importa o dinheiro mesmo.

De todo modo, nesse contexto mais amplo de submissão do trabalhador e da trabalhadora ao modo de produção capitalista, os principais estudos demonstram que os canteiros das grandes obras, com grande concentração de trabalhadores e trabalhadoras, são locais em que dificilmente há como garantir relações de trabalho justas, que respeitem os direitos trabalhistas, fazendo que, de maneira geral, todos vivenciem as mesmas situações de violações de direitos.<sup>28</sup> Isso ocorre, porque, como observou Grzybowski:

---

28. Nesse sentido, é relevante destacar que, nos últimos anos, têm sido veiculadas na mídia notícias sobre a autuação de grandes empresas da construção civil que mantêm trabalhadores e trabalhadoras em condições análogas às de escravos e/ou trabalhando em condições degradantes. Ver, por exemplo: <http://reporterbrasil.org.br/2013/12/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-obra-de-brookfield-e-emccamp-do-minha-casa-minha-vida/>.

Os canteiros são, por definição, temporários. Lá, o trabalho também é temporário, dura enquanto durar a obra. Eles não criam organizações econômicas duráveis nem deixam boas lembranças por onde passam. São altamente invasivos e agressivos, ecológica e socialmente. [...] Os trabalhadores chegam em grande número de todas as partes do Brasil. A fome de trabalho é tanta que, mesmo o Comperj, no Grande Rio, atrai gente do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste e do Sul. São trabalhadores que, no geral, migram temporariamente e deixam as suas famílias na região de origem (GRZYBOWSKI, 2012).

Assim, ainda que discordando em questões pontuais, a vivência destes trabalhadores e trabalhadoras, no geral, não difere muito no cotidiano do trabalho, no dia a dia dos canteiros de obras, o local mais obscuro das megaobras, onde, ainda de acordo com Grzybowski, não se sabe como são tratados esses milhares de trabalhadores e trabalhadoras, nem qual o estado dos seus direitos (GRZYBOWSKI, 2012).

No contexto mais geral, conforme observou Bezerra (2013, p. 17), observa-se que a segmentação, a hierarquização, a presença de mão-de-obra especializada e não especializada que migra de obra em obra, e o papel das empresas e do poder público local impulsionam o reordenamento do território, as alterações do mercado de trabalho, o surgimento de novas clivagens sociais, de novas formas de discriminação e a afirmação das empresas responsáveis pelas obras como uma nova fonte de poder no território.

## **AS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA E OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO**

Os trabalhadores e trabalhadoras dos canteiros de obras do Comperj fazem parte de um grande contingente mobilizado para a construção das megaobras de infraestrutura e ampliação da oferta de moradias no país, parte do pacote de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II,<sup>29</sup> desenvolvido desde 2007 pelo governo federal. De acordo com os dados disponibilizados, atualmente, as ações do PAC no eixo de Energia, subeixo Petróleo e Gás Natural, abrangem 161 empreendimentos por todo o país, sendo que 47 estão localizados no estado do Rio de Janeiro, e 21 desses estão em fase de execução de obras.<sup>30</sup>

Segundo levantamento do Dieese:

A estimativa de investimentos públicos e privados nessas obras de infraestrutura é de R\$ 1,5 trilhão até 2017, a serem aplicados em 12.265 obras por todo o país. Nesse total se incluem tanto as que estão com o cronograma definido para serem entregues nos próximos anos como os empreendimentos a serem licitados. Esse conjunto inclui: refinarias, hidrelétricas, estradas, ferrovias, montagem de plataformas de petróleo, projetos de mobilidade urbana, petróleo e gás, mineração, saneamento, portos, aeroportos e infraestrutura esportiva (DIEESE, 2013a, p. 5).

29. O PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o aumento da oferta de empregos e a geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Em 2011, foi anunciada a continuidade do programa, com um conjunto de ações que definem o PAC II. Em termos de investimentos, no PAC I (2007 – 2010) o montante de investimentos executados foi de R\$ 638 bilhões. Já o PAC II (2011 – 2014) tinha investimentos previstos na ordem de R\$ 955 bilhões (Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61&ler=s881>).

30. Informações relativas ao ano de 2014 (Disponível em: <http://www.pac.gov.br/energia/petroleo-e-gas-natural/rj/>).

Ainda conforme o estudo do Dieese, um dos efeitos do PAC – junto às atividades do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCV) – foi a expansão do setor da construção<sup>31</sup> nos últimos anos: foram investidos na cadeia produtiva da construção R\$ 349,4 bilhões em 2012. Esse setor representou 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 e, em 2011, possuía 7,8 milhões de ocupados, o que correspondia a 8,4% de toda a população ocupada do país (DIEESE, 2013a, p. 7).

Para além dos investimentos financeiros e incentivos governamentais, outra medida fundamental foi a desoneração da folha de pagamento do setor da construção, em 2012.<sup>32</sup> Ao comentar sobre os objetivos do governo com essa política de desoneração, representantes do governo federal eram unânimes em responder que a preocupação do Estado brasileiro era com os patrões e patroas e com os trabalhadores e trabalhadoras, como afirmou na época o ministro da Fazenda, Guido Mantega:

Isso é uma redução do custo salarial das empresas, porém sem prejudicar os trabalhadores, porque é apenas uma redução de tributos, e não uma redução de salários. Com essa desoneração, as empresas poderão até contratar mais trabalhadores, aumentando o emprego no país, porque o custo da mão-de-obra será mais barato para estes setores (PORTAL G1, 2013).

Essa recente expansão do setor da construção – considerada uma revitalização só comparada às que ocorreram na segunda metade da década de 1950, com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e durante os anos 1970, com segundo PND – colocou em evidência: a complexidade da cadeia da indústria da construção; o atraso histórico das relações de trabalho; a baixa capacidade das empresas em gerir essas relações, assim como das representações sindicais dessas categorias em encaminhar a resolução dos conflitos; e a ausência de ação propositiva do Estado no enfrentamento das questões centrais que têm impacto sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, conforme análise feita por técnicos que consolidaram as diretrizes da Mesa de Negociação Nacional do setor.<sup>33</sup>

---

31. Segundo as definições da Comissão Nacional de Classificação (Concla/IBGE), o setor da indústria da construção (setor 40) é formado pelos subsetores da construção de edifícios (divisão 41 da CNAE 2.0) – que abrange as obras de construção de edifícios e de incorporação de empreendimentos imobiliários –; da construção de obras de infraestrutura (divisão 42) – que engloba a construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras de artes especiais, obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, transporte por dutos e construção de outras obras de infraestrutura –; e a que corresponde aos serviços especializados para construção (divisão 43) – formada por obras de demolição e preparação do terreno, instalações elétricas, hidráulicas, outras instalações em construções, obras de acabamento e outros serviços especializados para a construção (Disponível em: [www.cnae.ibge.gov.br](http://www.cnae.ibge.gov.br)).

32. A Medida Provisória n. 601, de dezembro de 2012, que, entre outras, altera a Lei n. 12.546/11, desonera a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista, com a troca da contribuição previdenciária patronal por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento, variando conforme o setor. Com vigência a partir de abril de 2013, esses dois setores são responsáveis por R\$ 540 bilhões da receita bruta anual. Sobre essas e outras medidas de incentivo do governo ao setor, ver Dieese (2013a, pp. 20-21).

33. Chama a atenção, assim, que na medida de incentivo ao setor da construção o Estado brasileiro não tenha cobrado qualquer contrapartida, mesmo tendo um histórico de informações que demonstra que esse segmento produtivo mantém as piores condições de relação de trabalho. Ao compreendermos que o Estado é a expressão da correlação de forças de diferentes segmentos da sociedade, vale o registro da influência econômica e política do setor da construção no congresso nacional, onde a “bancada do concreto”, como é chamada pela grande mídia, é formada por mais de vinte partidos políticos de variados perfis ideológicos, constituída pelos deputados federais que tiveram mais de 60% do financiamento de suas campanhas eleitorais feito por doação de empreiteiras.

## PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS GRANDES OBRAS

Segundo as análises realizadas, as questões que afetam estruturalmente essa categoria são: a informalidade, a elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais), a terceirização e subcontratações sucessivas (intensificadas com a reestruturação produtiva), o domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade, o recurso excessivo a horas extras e questões relativas à saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, em decorrência do alto índice de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Adicionalmente, em muitos canteiros surgiram reivindicações que denunciavam as péssimas condições às quais esses trabalhadores e trabalhadoras estavam submetidos, como a insalubridade nos alojamentos, a falta de higiene nos refeitórios e o racionamento de alimentação nos canteiros, a diminuição do tempo para as “folgas de campo”,<sup>34</sup> relações autoritárias de trabalho, com relatos de abusos e humilhações, entre outras (ver: DIEESE, 2013a, p. 2; DIEESE, 2013b, p. 2; AMORIM, 2011; VÉRAS, 2014).

Conforme estudo do Dieese, avaliando o desempenho do setor da construção por unidade da federação, nota-se que São Paulo (732.822), Minas Gerais (339.218), Rio de Janeiro (271.766) e Bahia (173.736) respondem por mais de 50% do total de trabalhadores e trabalhadoras do setor (DIEESE, 2013a, p. 14).

Como já observado, uma das características do setor da construção que afeta diretamente o trabalhador e a trabalhadora é a informalidade

predominante no setor, dado que se destaca ao analisar o setor sob a ótica da posição na ocupação, uma vez que a participação de trabalhadores por conta própria alcança a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras, que, somados aos que não possuem carteira de trabalho assinada, totalizam mais de 60% da situação dos(as) trabalhadores(as) da construção em nível nacional, conforme dados da Pnad – 2011.

De acordo com estudos do Dieese (2011) sobre o setor, a situação da informalidade afeta mais diretamente os trabalhadores e trabalhadoras do subsetor da construção de edificações (construção civil leve). Na construção civil pesada, que abrange os trabalhadores e trabalhadoras das grandes obras de infraestrutura, os vínculos contratuais tendem a ser formalizados, sobretudo, em função das cláusulas contratuais que levam em consideração a ocorrência das fiscalizações e os valores a serem pagos por cada homem em atividade nos canteiros.

A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção, uma realidade imposta pela dinâmica de rotatividade: na maioria dos casos, os trabalhadores e trabalhadoras são contratados na modalidade por prazo determinado, em geral, inferior a dois anos. Para o trabalhador e a trabalhadora, essa situação gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho, além de diminuição da remuneração. Para o empregador ou empregadora, esse é mais um mecanismo de redução de custos.

Em âmbito nacional, de acordo com estudo do Dieese (2013a), a taxa de rotatividade do setor da construção é maior no subsetor da construção de edifícios (125,8%), se comparada à taxa na construção de obras de infraestrutura (105%), tomando como referência o ano de 2011.

Ainda com base nos dados disponibilizados pelo Dieese, a diferença entre as taxas de

34. Períodos de folga para trabalhadores e trabalhadoras que residem em outros estados visitarem suas famílias.

rotatividade no segmento de obras de infraestrutura permaneceu estável ao longo do tempo, o que pode significar que não ocorreu nenhuma saída de trabalhadores e trabalhadoras nesse segmento. E o maior número de desligamentos em contratos por tempo indeterminado pode significar a utilização do artifício de demissão do trabalhador e da trabalhadora no período de experiência (noventa dias), pois as demais formas de desligamento não justificam o tamanho da rotatividade no setor (DIEESE, 2013a, p. 15).

Assim, já no processo de contratação desses trabalhadores e trabalhadoras observa-se o desrespeito às convenções para a promoção do Trabalho Decente,<sup>35</sup> conforme estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é Estado membro. Já as condições do ambiente de trabalho trazem outras violações que afetam a saúde e a segurança desses trabalhadores e trabalhadoras, destacando-se o alto índice de acidentes notificados no setor e as situações degradantes nos canteiros e alojamentos.

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2010,<sup>36</sup> dos 2.712 óbitos de trabalhadores e trabalhadoras ocorridos no Brasil, 438 foram da construção civil. Ainda segundo dados do anuário, o segundo maior índice de acidentalidade no ano de 2010 no país encontra-se no setor da indústria, com 307.620 ocorrências, das quais 54.664 correspondem somente à construção civil.<sup>37</sup>

Já pelos dados divulgados pela inspeção de segurança no trabalho do Ministério do Trabalho, o setor da construção foi o segmento com maior número de autuações em 2010. Nesse ano, de janeiro a setembro foram registradas 19.860 autuações, que resultaram em 1.968 embargos/interdições de canteiros de obras em todo o território nacional. Em 2014, esse setor permaneceu como segmento com maior número de notificações/autuações, totalizando 61.347, que resultaram em 3.217 embargos/interdições.<sup>38</sup>

Diante desse contexto mais amplo de precarização das condições de trabalho e de ação, no mínimo, limitada do Estado na garantia dos direitos, torna-se muito importante a organização dos(as) próprios trabalhadores e trabalhadoras para lutar por dignidade e melhores relações de trabalho nos canteiros das megaobras. Não é à toa que, conforme demonstra o Dieese, as greves no setor da construção têm crescido nos últimos anos: “Em 2010, as greves da construção correspondiam a 3,1% do total das paralisações registradas no SAG-Dieese. Em 2011, essa proporção aumentou consideravelmente e alcançou 9,4%. Em relação ao número de greves, houve crescimento de 270%, de 14 para 52 ocorrências [entre 2010 e 2011]” (DIEESE, 2013b, pp. 27-28).

Assim, o que se observa é que, mesmo com a experiência nacional, que resultou na construção de um compromisso para melhorar as relações e condições de trabalho no setor da construção,<sup>39</sup> e demais experiências de acordo locais, em 2012 prosseguiu a tendência de aumento do número de greves dos trabalhadores e trabalhadoras do setor da construção: “Entre as greves deflagradas por categoria em 2012, predominam as dos trabalhadores da construção: 13 das 20 mobilizações” (DIEESE, 2012, p. 20). Comprovação de que as tensões na relação entre trabalhadores e trabalhadoras e empreiteiras estão longe de uma reso-

35. O conceito de Trabalho Decente foi definido em 1999 pela OIT: oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade para homens e mulheres em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidades humanas.

36. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/>.

37. O setor com maior número de acidentes de trabalho notificados foi o setor de serviços, com 331.895 notificações no ano.

38. Fonte: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>.

39. Compromisso Nacional da Construção (DIEESE, 2013a). Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

lução e de que há muito ainda a fazer em termos de garantia de direitos.<sup>40</sup>

Mas essas questões só ganharam visibilidade quando, em 2011, ocorreu uma série de greves e conflitos nos canteiros dessas megaobras espalhadas pelo país, como nas Usinas de Jirau e Santo Antônio (RO); na Refinaria Abreu e Lima, em Suape (PE); na Termoelétrica de Pecém (CE); e na Montagem Industrial em São Roque do Paraguaçu (BA).<sup>41</sup> Como consequência, o governo federal propôs, no início do ano de 2012, o diálogo social entre representantes do governo federal, o setor empresarial e centrais sindicais, com o objetivo de pactuar um acordo nacional para melhorar as condições de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras.

Foi em 2012, inclusive, que ganhou evidência a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das obras do Comperj e a tensão nas relações com as empresas, dando início às paralisações que culminaram com duas greves em 2013, e fortes conflitos dentro e fora dos canteiros.<sup>42</sup> O resultado foi o estabelecimento de uma convenção coletiva,<sup>43</sup> em 2014, considerada uma conquista em relação a muitos pontos das reivindicações apresentadas, como o estabelecimento da data base da categoria; de um piso salarial para as principais ocupações; do reajuste salarial de 9% e a normatização das formas do pagamento; pagamento de horas extras; fornecimento de alimentação e água potável nos canteiros de obras e nos alojamentos; normatização das “folgas de campo”; garantia e aumento dos auxílio-alimentação e auxílio-transporte; plano médico e odontológico, entre outros. O acordo firmado também se aplicava aos empregados e empregadas das subempresas, inclusive de empresas de serviços temporários.

Por outro lado, alguns pontos do acordo foram questionados porque considerados prejudiciais aos interesses dos trabalhadores e

trabalhadoras, como os critérios estabelecidos para recebimento da participação nos lucros (PL), no qual cabe às empresas condicionar o pagamento da PL ao cumprimento de metas de produtividade individual e coletiva; o recebimento de contribuição patronal para manutenção da entidade sindical; e o procedimento pactuado em relação às greves e aos grevistas, no qual admitiu-se o desconto salarial em função de dias paralisados e condicionou o pagamento de uma das parcelas a não realização de paralisação (greve) até 31 de janeiro de 2015.

Os dados e informações apresentados nesta seção trazem informações sobre a situação, garantia e ações na luta por direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da construção a nível nacional. Eles orientaram a busca por dados para a construção de indicadores em nível municipal e que mais se aproximassem da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj. Na próxima seção, há o resultado dessa busca, com a apresentação de indicadores a partir das dimensões de cidadania vivida, garantida, percebida e ativa, bem como a apresentação dos limites encontrados, nos casos em que ocorreram, para sua elaboração.

---

40. O contexto das negociações e posicionamentos dos atores na mediação dos conflitos e elaboração desse acordo será aprofundada na seção “Cidadania em ação” deste dossiê, bem como os desdobramentos e o novo contexto de reivindicações no ano de 2014. Mas a antecipação e o destaque das principais questões que atingem esses trabalhadores e trabalhadoras e norteiam suas pautas de luta é relevante para orientar a análise dos indicadores que revelam o estado dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras.

41. Para análises sobre as rebeliões que ocorreram nos canteiros das megaobras, ver: Amorim (2011); Campos (2013); Vêras (2014); Dieese (2012).

42. Cabe dizer que houve atentados à vida de dois trabalhadores e que os principais suspeitos do crime eram seguranças do sindicato. Também foi forte a repressão policial às manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras.

43. A Convenção Coletiva pode ser consultada em: <http://www.sinticomrj.com.br/>.



RJ-116

# A cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj

## CIDADANIA VIVIDA

Na dimensão da cidadania vivida, os indicadores avaliam as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras à luz dos direitos de cidadania. Contendo, portanto, indicadores sobre o mercado de trabalho formal de Itaboraí, especificamente do setor da construção, que permitem avaliar a situação dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras. Para tanto, foram analisados dados disponibilizados pela PNAD/IBGE,<sup>44</sup> pelo Censo 2010/IBGE e pela Rais/MTE e Caged/MTE.

Cabe observar que os indicadores que compõem essa dimensão não revelam diretamente a situação vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, pois não tivemos acesso aos dados específicos sobre eles e elas. Os indicadores apresentados apenas se aproximam de um retrato da realidade desses trabalhadores e trabalhadoras, na medida em que permitem

avaliar a situação do setor da construção civil no âmbito municipal, setor que emprega a maior parte desses trabalhadores e trabalhadoras.

Como exemplo, citamos a tentativa de obter dados que permitissem avaliar a situação de saúde e segurança desses trabalhadores e trabalhadoras por meio da solicitação de dados à Petrobras, à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da empresa e aos sindicatos que representam os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, sem, no entanto, haver resposta às solicitações encaminhadas.<sup>45</sup> Essa foi uma alternativa para qualificar os dados disponibilizados pelo Datasus e pelo Dataprev, que, apesar de trazerem dados relativos à situação dos acidentes, adoecimentos e óbitos de trabalhadores e trabalhadoras que ocorreram no município, não possibilitam especificar o setor em que esses trabalhadores e trabalhadoras estavam empregados.

44. A Pesquisa Mensal de Emprego produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho. De periodicidade mensal, abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/).

45. As solicitações foram encaminhadas por ofício no mês de outubro de 2014.

**TABELA 4\_DIREITO AO TRABALHO**  
**SITUAÇÃO DO ACESSO A EMPREGOS FORMAIS POR**  
**SETORES - ITABORAÍ, 2013**

FONTE: CAGED/MTE

SETORES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
EXTRAÇÃO MINERAL	70	11	81
IND. TRANS	4.652	1.051	5.703
SER. IND. UP	63	5	68
CONSTRUÇÃO CIVIL	15.579	996	16.575
COMÉRCIO	4.814	3.175	7.989
SERVIÇOS	8.535	4.135	12.670
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.542	4.405	6.947
AGROPECUÁRIA	169	12	181
<b>TOTAL</b>	<b>36.424</b>	<b>13.790</b>	<b>50.214</b>

#### FICHA TÉCNICA

<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação do acesso a empregos formais em Itaboraí
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número de empregos formais gerados por setor
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2013
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Empregos formais por setor em Itaboraí



DIREITO AO TRABALHO

## Situação do Acesso a Empregos Formais em Itaboraí

Ao analisar os dados disponibilizados pelo MTE em 2013, observa-se que o setor da construção foi o que mais empregou trabalhadores e trabalhadoras com vínculos formais no município de Itaboraí no ano de 2013, com 16.575 do total de 50.214 empregos formais do município. Na sequência, estão o setor de serviços, com o total de 12.670 empregos formais, e comércio, com 7.989:

Com exceção do setor da administração pública, em todos os demais setores há maior número de homens nos empregos formais que mulheres. Especificamente no setor da construção civil, a proporção de mulheres empregadas formalmente é de pouco mais de 6% em relação ao total de vínculos formais gerados por esse segmento. Esses dados reforçam a análise feita anteriormente, que observou ser grande a desigualdade de gênero no mercado de trabalho do município, evidenciando ainda que o setor da construção civil é um dos que mais contribui para essa situação.



DIREITO AO TRABALHO

# Situação das Ocupações com Maiores Estoques em Itaboraí

Dentre as ocupações formais com maiores estoques no ano, duas estão diretamente ligadas ao setor da construção civil: servente de obras, que aparece como ocupação com maior número de estoques, com o total de 3.962 vínculos formais; e pedreiro, com 1.393. Juntas, essas ocupações totalizam 5.355 empregos formais, o que corresponde a 10,66% do total de empregos formais do município.

**TABELA 5\_DIREITO AO TRABALHO**  
**SITUAÇÃO DAS OCUPAÇÕES COM MAIORES ESTOQUES**  
**ITABORAÍ, 2013**  
 FONTE: CAGED/MTE

OCUPAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
SERVENTE DE OBRAS	3.886	76	3.962
PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO NO ENSINO FUNDAMENTAL	491	2.210	2.701
VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA	633	901	1.534
AUXILAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL	521	989	1.510
PEDREIRO	1.390	3	1.393

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação das ocupações com maiores estoques em Itaboraí
<b>DEFINIÇÃO</b>	Ocupações que mais geraram empregos no mercado formal
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2013
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Ocupações com maiores estoques em Itaboraí



DIREITO À RENDA

## Situação da Remuneração Média em Itaboraí

Com relação à remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras da construção, essa é a maior do município, com média equivalente a R\$ 2.826,07, valor superior à média municipal, de R\$ 2.265,92. Destaca-se o rendimento dos homens que atuam no setor, que ultrapassa a remuneração de todos os outros setores, tendo remuneração média de R\$ 3.803,97.

TABELA 6\_DIREITO À RENDA  
SITUAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR  
ITABORAÍ, 2013  
FONTE: CAGED/MTE

SETORES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
EXTRAÇÃO MINERAL	2.158,18	2.205,15	2.164,89
IND. TRANS	2.624,20	1.618,23	2.436,79
SER. IND. UP	2.128,12	1.369,70	2.069,78
CONST. CIVIL	3.803,97	3.185,45	2.826,07
COMÉRCIO	1.380,58	1.096,71	1.267,13
SERVIÇOS	2.387,18	1.424,22	2.068,24
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.579,27	2.215,60	2.349,38
AGROPECUÁRIA	996,67	1.085,55	1.002,83
<b>TOTAL</b>	<b>2.467,69</b>	<b>1.740,89</b>	<b>2.265,92</b>

### FICHA TÉCNICA

<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito à renda: situação da remuneração média por setor – Itaboraí
<b>DEFINIÇÃO</b>	Média da remuneração por gênero e setor econômico
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2013
<b>VARIÁVEIS</b>	Remuneração média da população por setor da economia e gênero

INDICADOR  
**08**

DIREITO AO TRABALHO

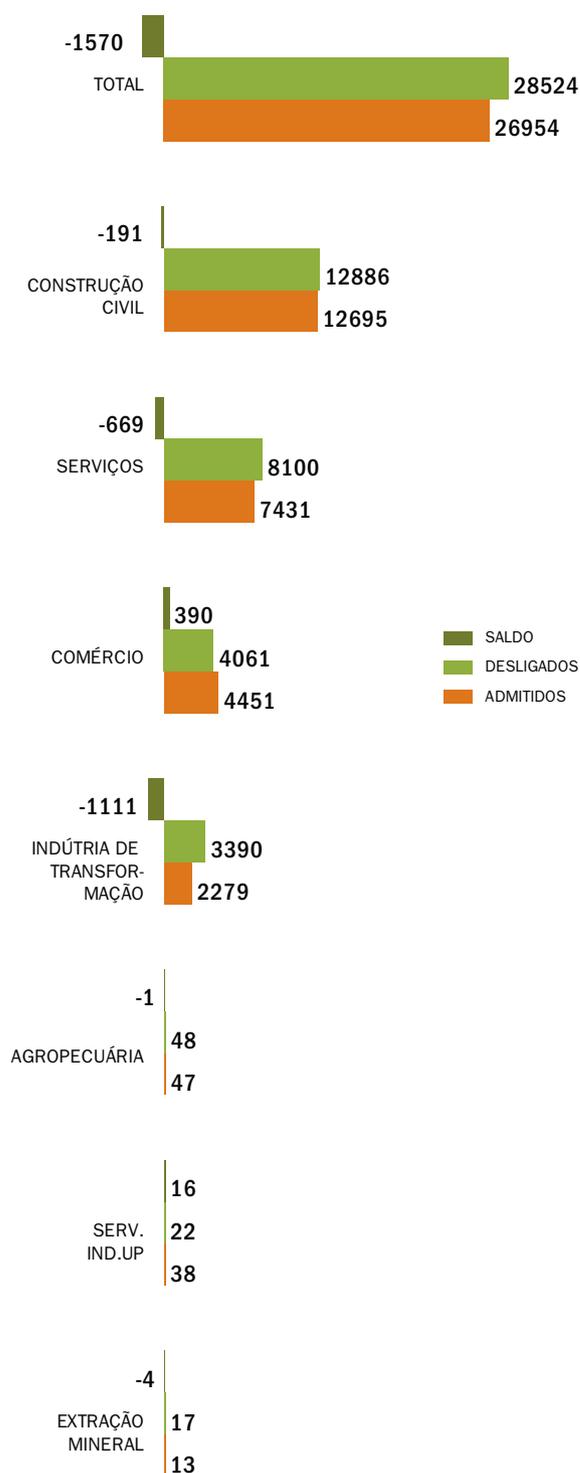
## Situação do Saldo de Admissões no Mercado de Trabalho Formal em Itaboraí

Mesmo sendo o setor que gerou maior número de empregos formais e com a remuneração média mais alta, o setor da construção foi o que mais desligou trabalhadores e trabalhadoras no ano de 2013: foram 12.886 desligamentos ao longo do ano. Em relação ao saldo total, o setor apresentou saldo negativo de -191, isto é, com maior número de desligamentos que admissões. Já o saldo total do município também foi negativo: com o número de 1.570 trabalhadores e trabalhadoras desligados a mais que admitidos.

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação do saldo de admissões no mercado de trabalho formal
<b>DEFINIÇÃO</b>	Saldo do número de admissões em empregos formais em todos os setores
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2013
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Diferença do total de admissões em relação ao total de desligamentos em empregos formais em todos os setores nos municípios

GRÁFICO 9\_DIREITO AO TRABALHO  
SITUAÇÃO DO SALDO DE ADMISSÕES EM ITABORAÍ  
POR SETOR - 2013

FONTE: CAGED/MTE





DIREITO AO TRABALHO

# Situação das Ocupações com Saldo Negativo de Admissões no Mercado de Trabalho Formal em Itaboraí

Nesse contexto, as quatro ocupações que apresentaram menor saldo de trabalhadores e trabalhadoras admitidos, cálculo que leva em consideração também a quantidade daqueles e daquelas que foram desligados, foram todas do setor da construção: pedreiro (-463); carpinteiro (-343); armador de estrutura de concreto (-285); e mestre (construção civil) (-180), conforme revelam os dados ao lado.

Como todos os índices são negativos, o que se pode observar é que já em 2013 começam a haver mais desligamentos de trabalhadores e trabalhadoras do setor da construção que contratações.

TABELA 7_DIREITO AO TRABALHO OCUPAÇÕES COM MENOR SALDO DE ADMISSÕES NO MERCADO - ITABORAÍ, 2014 FONTE: CAGED/MTE			
SETORES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
PEDREIRO	617	1.080	-463
CARPINTEIRO	638	981	-343
ARMADOR DE ESTRUTURAS DE CONCRETO	149	434	-285
MESTRE (CONSTRUÇÃO CIVIL)	233	413	-180
COMERCIANTE VAREJISTA	114	251	-137

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito ao trabalho: situação das ocupações com saldo negativo de admissões no mercado - Itaboraí
<b>DEFINIÇÃO</b>	Ocupações que empregaram menos trabalhadores e trabalhadoras que desligaram no município de Itaboraí
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	Caged/MTE
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2013
<b>TIPO DE MEDIDA</b>	Numeral
<b>VARIÁVEIS</b>	Número de admissões/ número de desligamentos por ocupação



DIREITO À MORADIA

## Situação da Moradia dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comperj

### UMA TENTATIVA DE ANÁLISE

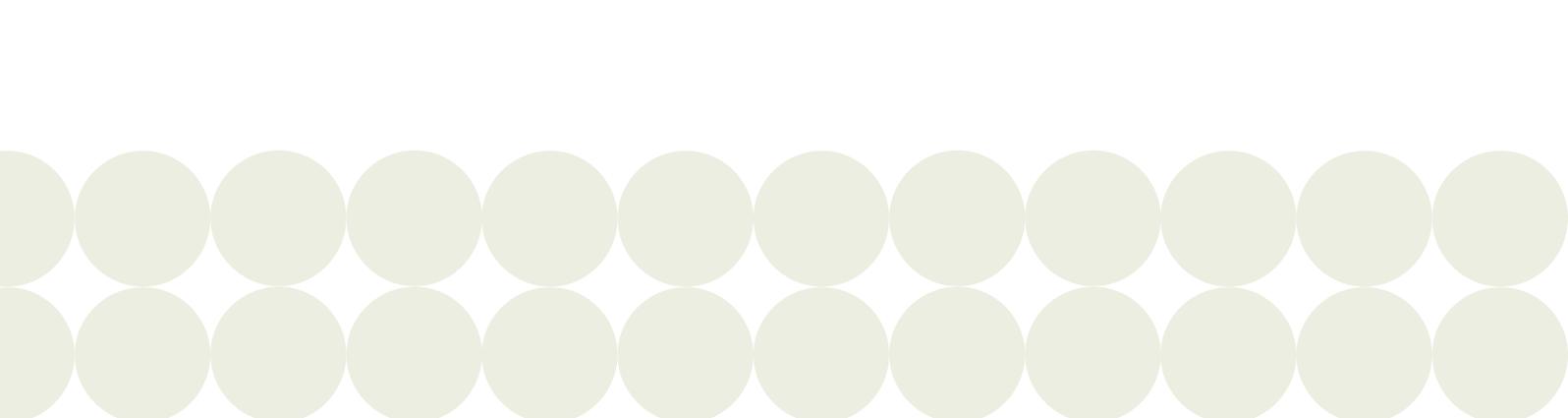
Durante os meses de dezembro e janeiro, a equipe de pesquisa realizou o levantamento e marcação de coordenadas geográficas de alguns endereços dos locais de moradia dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, com o duplo objetivo de verificar as condições de moradia desses trabalhadores e trabalhadoras e, ao mesmo tempo, definir um universo para a realização da pesquisa quantitativa para elaboração de indicadores de cidadania percebida, em que se teria uma amostra da percepção sobre os direitos de cidadania desses trabalhadores e trabalhadoras.<sup>46</sup>

Inicialmente pensado como um mapa dos alojamentos formais dos trabalhadores e trabalhadoras, em função das dificuldades de obtenção de informações junto às empresas, tornou-se um mapa da moradia dos trabalhadores e trabalhadoras, incluindo alojamentos informais e casas alugadas por grupos de trabalhadores e trabalhadoras que vieram de outros estados, situação muito comum entre esses trabalhadores e trabalhadoras.

Inúmeras dificuldades surgiram e impediram a conclusão dessa tarefa. A primeira delas foi a não disponibilização, por parte das empresas contratantes, de uma listagem com a quantidade e localização dos alojamentos formais de trabalhadores e trabalhadoras. A equipe, após levantamento de campo, entrou em contato diretamente com representantes das empresas, responsáveis pelo setor, sem, no entanto, obter suas respostas.<sup>47</sup> Em alguns casos, quando entregue a solicitação aos funcionários e funcionárias, observou-se certa desconfiança em relação à solicitação e mesmo a recusa do recebimento em alguns escritórios. Em outros, os funcionários e funcionárias indicavam a necessidade de autorização de funcionários e funcionárias em cargos superiores para fornecimento dessas informações, não havendo nunca retorno aos pedidos encaminhados.

46. Para realizar essa qualificação, foi criado um instrumento de cadastro dos alojamentos que permitiu o registro de informações como a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras hospedados, ocupações, estado de origem etc. O instrumento encontra-se no anexo.

47. A lista com o endereço e nomes dos escritórios das empresas contactadas encontra-se no anexo.



Também houve tentativa de obtenção de informações junto à Petrobras e aos sindicatos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de solicitações encaminhadas em outubro de 2014 e janeiro de 2015, respectivamente, sem haver nenhum retorno. Junto ao Sintramon, também foi realizado contato diretamente na sede do sindicato, onde foi possível conversar com um funcionário, que indicou o procedimento necessário para a solicitação da informação, que nunca foi respondida.

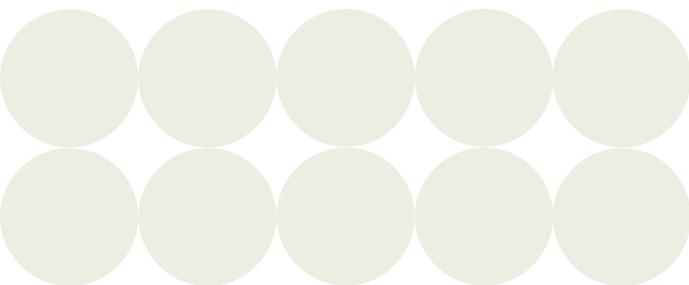
Conforme avaliação de um dos trabalhadores, o contexto de realização desse mapeamento serve para explicar o clima de desconfiança generalizado: “muitas empresas estão num período de auditoria e, por esse motivo, não cedem informações a respeito de seus alojamentos”. Essa informação revela apenas parte da percepção sobre a situação vivenciada, pois não evidencia que muitos dos alojamentos dos trabalhadores e trabalhadoras não são formalizados e também podem não estar adequados às normas regulamentadoras estabelecidas para garantir condições dignas nos alojamentos, vide as reivindicações realizadas nas mobilizações de 2011 e 2012 relativas às condições dos alojamentos. Mas há mais:

Muitos [trabalhadores] recebem o convite das empreiteiras para trabalhar, mas já avisados de que a empresa não oferece alojamento, o que os leva a alugar casa por conta própria. As condições de moradia de alguns são precárias, morando 10, 12 pessoas numa casa de dois quartos. Só alguns deles recebem alojamento, dependendo da empresa em que se está trabalhando. Os mais favorecidos são os encarregados, técnicos e profissionais de nível superior, pois recebem alojamentos formais (ARQUIVO IBASE, ENTREVISTA REALIZADA EM NOVEMBRO DE 2014).

A equipe de pesquisa, a partir da iniciativa de realizar busca ativa dos alojamentos (formais e informais) na cidade de Itaboraí, também constatou que a condição da moradia de muitos trabalhadores e trabalhadoras era precária. Realizada com inúmeras dificuldades,<sup>48</sup> a localização desses locais de moradia revelou para a equipe situações de graves violações de direitos, encontrando alojamentos em que o fornecimento de água era racionado e a alimentação havia sido cortada. Em outros casos, havia uma grande quantidade de pessoas residindo numa mesma casa e a empresa contratante não tinha política de fornecer alojamento, mesmo tendo contratado trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados.

---

48. Sem um roteiro orientador, a equipe buscou mapear os locais de moradia dos trabalhadores e trabalhadoras com base nas informações obtidas em conversas com alguns (algumas) trabalhadores e trabalhadoras e moradores do município, concentrando-se sobretudo nos bairros mais centrais.



## CIDADANIA GARANTIDA

Por meio dessa iniciativa, foram mapeados 34 locais, entre alojamentos formais, informais e casas alugadas, em que residiam pouco mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras, oriundos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e das cidades de Volta Redonda e Macaé (RJ). Dos locais mapeados, 27 eram casas alugadas pelos trabalhadores e trabalhadoras e sete eram pousadas ou hotéis.

Uma das observações da equipe envolvida no mapeamento foi que um grande número de casas e pousadas indicadas como locais de alojamento de trabalhadores e trabalhadoras estavam fechados ou com placas para aluguel. Cabe observar que, justo no período de mapeamento, houve uma grande onda de demissões dos trabalhadores e trabalhadoras contratados por empresas de construção do Comperj em função da entrega de algumas etapas da obra de construção civil e com agravamento da crise política decorrente da Operação Lava Jato.

A atividade de mapeamento não foi finalizada. Pretende-se dar continuidade à construção do Mapa da Situação da Moradia dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comperj, realizando uma atividade de qualificação desse mapa piloto construído pela equipe junto a um grupo de trabalhadores e trabalhadoras do Comperj. O objetivo é inserir mais locais de moradia e qualificar o mapa a partir de reflexões e da percepção que têm sobre o direito à moradia e a situação dos alojamentos em que vivem.

Na dimensão da cidadania garantida avaliam-se as ações do poder público para garantir os direitos cidadãos, com o objetivo de demonstrar a capacidade das políticas de proverem direitos a todos e todas. Também são avaliadas as ações da Justiça e do Ministério Público, para assegurar, por meio dos órgãos competentes, a garantia desses direitos. Para tanto, foram realizadas ações de levantamento de informações sobre políticas que garantem direitos aos trabalhadores e trabalhadoras e a coleta de informações municipais por meio de contatos com órgãos públicos.

Houve, contudo, grande dificuldade de acesso às informações junto ao poder público de Itaboraí: dos quatro ofícios encaminhados aos diferentes órgãos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o Comperj, Sistema Nacional de Emprego (Sine) – Itaboraí), Secretaria do Trabalho e Renda), não houve retorno algum, apesar dos contatos realizados. Apenas o coordenador do Sine de Itaboraí e do Centro Pop dispuseram-se a conceder entrevistas à equipe. No entanto, quando solicitados aos órgãos de referência, não foram disponibilizados dados sobre atuação das secretarias para garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

No caso específico, a entrevista com o coordenador do Sine teve por objetivo compreender e obter dados sobre a ação do poder público local em relação à promoção de oportunidades de emprego e trabalho e de qualificação para o tra-

balho. Conforme explicou o coordenador, a unidade municipal do Sine foi criada para mediar a relação das empresas com os trabalhadores e trabalhadoras e oferecer capacitação para a população no contexto de expectativa de geração de empregos criado com a instalação do Comperj.

A geração de emprego no município e região do entorno, no entanto, ficou abaixo da esperada, ainda que se tenha observado um significativo aumento da oferta de trabalho. As ocupações diretamente vinculadas às atividades de instalação do Comperj empregam mais pessoas vindas de outros estados, o que se observa como um prejuízo para a população local. Diante disso, o coordenador disse que o Sine tem tentando sensibilizar representantes das empresas que estão no Comperj, por meio de reuniões, para estimular a contratação dos trabalhadores e (as) locais.

Junto ao coordenador do Centro Pop, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o objetivo foi conhecer ações do poder público em relação aos impactos sociais gerados pelo Comperj, em especial o aumento da população em situação de rua. O centro foi criado em 2010, em função do diagnóstico de aumento dessa população no município. Os dados do diagnóstico ainda não foram disponibilizados para consulta, após envio de solicitação à secretaria.<sup>49</sup>

No âmbito local, apenas o Poder Judiciário, por intermédio da 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí, e a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª região atenderam às solicitações encaminhadas, colaborando ou se mostrando disponíveis para colaborar com o fornecimento de dados e informações para avaliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.



DIREITO À JUSTIÇA

## Garantia de Acesso à Justiça do Trabalho

Entre os anos de 2012 e 2015 foram movidas três ações coletivas de autoria de representações sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, o Sinticom e o Sintramom, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região de Itaboraí.

Todas as ações foram movidas para garantir o direito a salários e verbas rescisórias de trabalhadores e trabalhadoras. Como agravantes da situação, destaca-se a demissão injustificada e sem aviso prévio dos trabalhadores e trabalhadoras e o não pagamento de seu alojamento e sua alimentação após rompimento do contrato trabalhista, totalizando uma situação de grave violação de direitos que afetou mais de 3.600 trabalhadores e trabalhadoras nesse período. Nas ações, também foi acionada a Petrobrás, responsabilizando-a pela situação dos trabalhadores e trabalhadoras e criticando as práticas de terceirização e quarteirização da mão-de-obra nos contratos da empresa. Duas dessas ações estão em andamento; uma delas, que tratava de pedido de bloqueio de créditos da empresa da Petrobras à Alusa para pagamento dos trabalhadores e trabalhadoras, foi retirada pelo autor.

49. Os dados do diagnóstico de Itaboraí ainda não estavam disponíveis para consulta no MDS. O Centro Pop foi inaugurado em julho de 2014.

Além dessas ações, os dados obtidos revelam que, no mesmo período, outras três ações de “interdito proibitório” foram movidas contra essas representações dos trabalhadores e trabalhadoras. Duas dessas ações foram movidas por empresas contratantes e uma, pelo sindicato representante das mesmas, o Sindicato das Empresas de Engenharia de Montagem Industrial. Essas ações tiveram por objetivo proibir as manifestações realizadas pelos trabalhadores e

trabalhadoras no local conhecido como “Trevo da Reta”, uma das vias de acesso ao Comperj, caracterizando um esforço das empresas e da categoria de empregadores de coibir manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras. Cabe destacar que as manifestações tinham por objetivo reivindicar salários e pagamentos de verbas rescisórias em atraso e denunciar as práticas de demissão injustificada e sem aviso prévio pelas empresas que estão no canteiro do Comperj.

**TABELA 8\_DIREITO À JUSTIÇA**

**GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO**

FONTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A REGIÃO DE ITABORAÍ

PROCESSOS DISPONÍVEIS EM: [HTTPS://PJE.TRT1.JUS.BR/PRIMEIROGRAU/LOGIN.SEAM](https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/login.seam).

PROCESSO/ DATA	AUTOR	RÉUS	ACUSAÇÕES	AGRAVANTES	Nº. DE TRABALHADORES/AS AFETADOS/AS	SITUAÇÃO
0002938-67.2013.5.01.0451 ENTRADA: 09/08/2013	SINTICOM	MULTITEK ENGENHARIA LTDA. E PETROBRAS	DEMISSÃO SEM AVISO PRÉVIO, NÃO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS	TRABALHADORES/AS SEM ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	MAIS DE 400	EM ANDAMENTO
0004109-59.2013.5.01.0451 ENTRADA: 29/11/2013	SINTICOM	EGESA ENGENHARIA SA E PETROBRAS	DEMISSÃO INJUSTIFICADA, NÃO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS	TRABALHADORES/AS SEM ALOJAMENTO	369	EM ANDAMENTO
0010008-67.2015.5.01.0451 ENTRADA: 09/01/2015	SINTICOM E SINTRAMON	ALUSA ENGENHARIA S.A. E PETROBRAS	NÃO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS	TRABALHADORES/AS SEM ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	MAIS DE 2.900	ARQUIVO DEFINITIVO
0010007-82.2015.5.01.0451 ENTRADA: 09/01/2015	TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMÉRICA DO SUL LTDA.	SINTRAMON	BLOQUEIO DE VIAS E IMPEDIMENTO ACESSO AO TRABALHO, AMEAÇA E DANO À PROPRIEDADE OU PESSOA.	CRIMINALIZAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DOS/AS TRABALHADORES/AS	NÃO CONSTA	ARQUIVO DEFINITIVO
0010035-50.2015.5.01.0451 ENTRADA: 12/01/2015	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM INDUSTRIAL	SINTICOM E SINTRAMON	BLOQUEIO DE VIAS E IMPEDIMENTO ACESSO AO TRABALHO, AMEAÇA E DANO À PROPRIEDADE OU PESSOA.	CRIMINALIZAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DOS/AS TRABALHADORES/AS	NÃO CONSTA	AGUARDANDO PRAZO
0010032-95.2015.5.01.0451 ENTRADA EM: 12/01/2015	CONSÓRCIO CONTRERAS-ENGECAMPO-POTENCIAL	SINTICOM E SINTRAMON	BLOQUEIO DE VIAS E IMPEDIMENTO ACESSO AO TRABALHO, AMEAÇA E DANO À PROPRIEDADE OU PESSOA.	CRIMINALIZAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DOS/AS TRABALHADORES/AS	NÃO CONSTA	AGUARDANDO PRAZO

FICHA TÉCNICA	
<b>ENUNCIADOR DO INDICADOR</b>	Direito à justiça: garantia de acesso à Justiça do Trabalho
<b>DEFINIÇÃO</b>	Ações coletivas que envolveram representações dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj
<b>FONTE DE PESQUISA</b>	TRT - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região de Itaboraí
<b>ANO DE REFERÊNCIA</b>	2012 A 2015
<b>VARIÁVEIS</b>	Ações coletivas citando representações sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj.

Nesses três casos, a decisão da justiça foi favorável aos empregadores, considerando que “as manifestações e os atos de persuasão utilizados pelos grevistas [sic] não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa”. A justificativa apresentada foi que as manifestações acarretavam “prejuízos incalculáveis, não só a bens, mas em razão do decorrente atraso nas obras”. Junto à decisão, foram expedidos mandados para o Batalhão da Polícia Militar de Itaboraí, solicitando tomar as providências necessárias para não haver bloqueios das vias de acesso ao Comperj. Em nenhum momento foi sinalizada a situação de violações vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Fazendo um balanço, ainda que a Justiça do Trabalho seja um importante ator para dirimir conflitos entre empregadores e empregadoras e empregados e empregadas, observa-se também uma clara tendência desse mesmo ator agir de modo a impedir que os trabalhadores e trabalhadoras deem visibilidade às suas justas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, criminalizando suas manifestações.

Conforme Boaventura Santos (2007), esse processo de criminalização dos movimentos sociais avança com ares de potência institucional, associado à sofisticação da violência. Já não mais se fundamenta ou se centraliza na atuação da polícia, instituição que está na ponta do sistema judiciário, mas é potencializado a partir da própria centralidade do sistema de justiça na contemporaneidade.



DIREITO À JUSTIÇA

## Garantia de Fiscalização das Condições de Trabalho

De acordo com a legislação, as empresas são obrigadas a garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e a cumprir com as obrigações trabalhistas, cabendo às autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego, ou àqueles que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das leis de proteção ao trabalho (art. 626 da Consolidação da Lei do Trabalho - CLT).

A inspeção do trabalho tem por finalidade, assim, a prevenção e manutenção adequada dos direitos trabalhistas dos empregados e empregadas frente à relação trabalhista com o empregador. Na Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XXIV, observa-se que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

No Comperj, entre os anos de 2010 e 2014, foi realizada uma ação fiscal pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura (GMAI), com a participação de auditores fiscais do trabalho da Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Niterói.

A ação de inspeção do canteiro de obras do Comperj se deu no período de 9 a 20 de julho de 2012. Foram fiscalizados dez contratos, totalizando dezoito empresas e 16.229 trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela ação. Observou-se no relatório que havia ainda vários contratos a serem licitados e muitos canteiros encontravam-se em fase de montagem, indicando que o pico de contratações ocorreria no ano seguinte.

Conforme avaliação, foi constatado que o canteiro de obras do Comperj encontrava-se em bom nível de atendimento às normas de segurança e saúde, apesar de terem sido encontradas irregularidades como máquinas sem proteção, uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) inadequado, cobrança por EPI, instalações sanitárias e refeitórios em condições de higiene e conservação inadequados, não apresentação de documentos pertinentes à equipe de inspeção, não submissão dos trabalhadores e trabalhadoras a exames médicos periódicos, entre outros. Assim, apesar de não terem sido lavrados termos de embargo e interdição à obra, todas as empresas foram autuadas, totalizando 199 autos de infração, conforme quadro a seguir.

### FICHA TÉCNICA

#### ENUNCIADOR DO INDICADOR

Direito à justiça: garantia de fiscalização das condições de trabalho

#### DEFINIÇÃO

Autos de infração às normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho

#### FONTE DE PESQUISA

MTE

#### ANO DE REFERÊNCIA

2010

#### VARIÁVEIS

Número de autos de infração às normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho

TABELA 9\_DIREITO À JUSTIÇA

## GARANTIA DE FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO: RESULTADO DE AUDITORIA - AUTOS DE INFRAÇÃO

FONTE: MTE

EMPRESA	ART. 630	4	5	6	7	9	10	11	12	13	17	18	21	22	23	24	26	32	TOTAL
ALUSA ENGENHARIA S.A.				1	4	2			2			6		3					18
CONSÓRCIO JARAGUA/EGESA – COMPERJ	1			1			1					2				1			6
CONSÓRCIO PIPE RACK		2	3		4	4			1			11		1					26
CONSÓRCIO QUEIROZ GALVÃO – IESA – GALVÃO				1	1			1			1	14				1	2		21
CONSÓRCIO SPE					2	3			1			15							21
CONSÓRCIO TECHINT – ANDRADE GUTUERREZ (TE-AG)	1		1	1	2	3			2			14						3	26
CONSÓRCIO TUC CONSTRUÇÕES					1	2						5							8
ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA		1					1			4		1							7
FAST ENGENHARIA E MONTAGENS S/A					1	2						3							3
FIDENS ENGENHARIA S/A		1																	4
GRASOPI PINTURAS REFRATAMENTO E ISOLAMENTO TÉRMICO LTDA				2	1	6													9
PALESSA ENG. CORROSÃO LTDA			1		1							1							3
CONDOR SECURY LTDA		1	1		1							1							4
LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE MONTEIRO												1							1
PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS	1	1	1									1	1						5
SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DO BRASIL	1		1		2	1			1										6
THOSIBA INFRAESTRUTURA AMERICA DO SUL LTDA			1		2	1		1	1			17			1	2			26
VIVI SABOR ALIMENTAÇÃO LTDA					1						1					3			5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>89</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>199</b>

Nota: 04 a 32 = Normas Regulamentadoras.

## CIDADANIA PERCEBIDA

O objetivo dessa dimensão é apresentar a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj em relação aos seus direitos de cidadania. A percepção deles como portadores de direitos e de deveres cidadãos, revela seu entendimento sobre direitos, responsabilidades e violações. Os dados que embasam esta seção seriam obtidos mediante a realização de uma pesquisa de percepção junto aos trabalhadores e trabalhadoras que residem em alojamentos formais das empresas contratadas para a construção do Comperj. Trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados e que estão cotidianamente nos canteiros de obras. Todavia, em função da não disponibilização – por parte das empresas, da Petrobras e do sindicato representante desses trabalhadores e trabalhadoras – dos dados sobre a localização dos alojamentos e quantidade de trabalhadores e trabalhadoras alojados, não foi possível realizar a pesquisa, pois não havia como delimitar o universo a ser pesquisado.

Houve, contudo, uma atividade realizada durante a pesquisa com os trabalhadores e trabalhadoras que deu subsídio para apresentar algumas informações sobre a percepção que têm em relação aos seus direitos: os grupos de diálogos com trabalhadores, que serviram também para qualificar alguns dos indicadores produzidos. Esses grupos de diálogos orientaram sobre as questões mais presentes no cotidiano do canteiro de obras e a percepção que esses trabalhadores têm sobre seus direitos. Destacaram-se na discussão: o direito à educação, especificamente a garantia de formação profissional; direitos ambientais e as violações observadas dentro do canteiro de obras; direito ao trabalho e a dificuldade de acesso dos trabalhadores e trabalhadoras do município

às vagas disponibilizadas; o distanciamento e a falta de representatividade do sindicato no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras; e as violações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras nos canteiros de obras.

### GRUPOS DE DIÁLOGOS COM OS TRABALHADORES

Entre os meses de agosto e novembro de 2014 foram realizados quatro encontros com grupos de quatro a seis trabalhadores e ex-trabalhadores do Comperj para a discussão de aspectos que afetavam o cotidiano do trabalho e sobre a percepção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, totalizando a mobilização de oito trabalhadores. Os encontros ocorreram sempre aos sábados à tarde, nos dias 2 de agosto, 6 de setembro, 3 de outubro e 8 de novembro, com duração média de três horas. A primeira reunião ocorreu no quintal da casa de uma liderança comunitária local; em seguida, as reuniões foram agendadas nas casas de trabalhadores que participaram dos encontros.

Os grupos eram compostos por homens – com idade entre 23 e 40 anos –, todos residentes na cidade de Itaboraí. Todos estavam empregados ou haviam sido empregados em uma ou mais empresas da construção do Comperj. Os encontros não tiveram a participação sempre das mesmas pessoas: apenas dois participantes compareceram a todos os quatro encontros; outros três estiveram presentes em dois encontros e três participaram de apenas um encontro, totalizando oito pessoas mobilizadas para as atividades. Três dos participantes estavam desempregados no início dos encontros e outros dois foram desligados das empresas até a data da realização do último

encontro. Apenas um deles não queria voltar a trabalhar no Comperj, por considerar que a remuneração e os benefícios não compensavam o trabalho realizado.

A mobilização desses trabalhadores foi realizada por integrantes da equipe de pesquisa que residem na cidade de Itaboraí. Elas contactaram colegas e vizinhos para participarem das reuniões. Inicialmente, havia incerteza da presença dos convidados, alguns desmarcavam no dia anterior, mas outros se mantiveram presentes em todas as atividades. Observaram, porém, que, no decorrer das reuniões, ocorreu um movimento de suma importância, pois alguns dos trabalhadores passaram a contribuir com o processo de mobilização, convidando outros amigos a participar.

Os grupos foram organizados de modo a estimular o diálogo entre trabalhadores e a equipe de pesquisa sobre as percepções em relação aos seus direitos, às condições de trabalho no Comperj, à avaliação sobre a atuação das representações sindicais e da Petrobras e às expectativas para o futuro profissional, a partir de material elaborado previamente pela equipe. A mediação da discussão ficava sempre a cargo de um dos integrantes da equipe, auxiliado pelos demais. Não foram realizadas gravações de áudio, nem registros fotográficos, para não afetar a relação de confiança com a equipe, visto que os participantes sinalizaram a preocupação com a exposição de suas opiniões para um relatório da Petrobras. A equipe se dividiu para garantir um registro que possibilitasse a elaboração de relatório ao final da atividade.

## **RESUMO DOS PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS NOS GRUPOS DE DIÁLOGO**

### **PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL**

A maioria dos participantes nunca tinha trabalhado formalmente antes de ingressar no Comperj, apenas três já tinham trabalhado com vínculo empregatício formal, sendo que um deles havia saído de um trabalho “com carteira assinada” para ingressar no Comperj. Os outros dois estavam exercendo atividades informais na ocupação anterior, como ceramistas, pedreiros e atendentes no comércio local.

Todos avaliavam que as atividades de trabalho no Comperj elevaram os salários na cidade, e sobretudo garantiram mais alguns benefícios para os trabalhadores, pois não era comum empregos que assegurassem vale-alimentação, vale-transporte e planos médicos. Essas mudanças eram vistas como positivas, mas havia incerteza se as condições permaneceriam as mesmas com o término das obras no Complexo.

Também observaram que houve aumento da oferta de empregos, mas que houve igualmente a migração de pessoas de outros estados e cidades, o que não garantia a empregabilidade para os habitantes de Itaboraí. Pelo contrário, consideraram que estava mais difícil conseguir empregos na cidade e que o aumento da oferta de empregos instituiu práticas políticas que mantêm as relações de dominação na cidade: as vagas para trabalho passaram a ser distribuídas entre lideranças e políticos locais, que vendem ou condicionam o acesso ao trabalho.

## **PERCEPÇÕES SOBRE GARANTIA DE INVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Todos estavam trabalhando pela primeira vez no setor da construção civil e observaram que, por não terem experiência e não haver investimento público na qualificação, a população local exercia funções em cargos menos qualificados e com baixa remuneração, estando também sujeita a maior rotatividade. Apenas três dos trabalhadores tinham feito cursos de capacitação com objetivo de trabalhar no Comperj: dois fizeram qualificação no Senai de São Gonçalo para trabalhar como técnicos de soldagem e um deles fez curso técnico de edificações particular, oferecido em Itaboraí.

A partir dos dados levados para discussão pela equipe de pesquisa, observaram que as escolas públicas existentes no município que oferecem Ensino Médio com possibilidade de formação técnica não disponibilizavam cursos voltados para inserção qualificada no Comperj, nem quando houvesse conclusão das obras.<sup>50</sup> Consideraram, assim, que não houve, nem há, planejamento do poder público para assegurar à população oportunidades de emprego e trabalho qualificado e que, nesse sentido, o desenvolvimento proposto para a região não chegaria a eles.

## **PERCEPÇÕES SOBRE O COTIDIANO DE TRABALHO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS**

Mesmo com o investimento pessoal na formação, por não terem experiência, os trabalhadores observaram que as vagas destinadas aos moradores de Itaboraí e região eram vagas em que ingressavam como ajudantes, sem haver especialização. Poderiam desempenhar funções como ajudante de pintor, servente de obras, sinaleiros etc. Após seis meses, havia possibilidade de serem promovidos a meio oficial, exercendo, no entanto, as atividades de um profissional.

Apontaram também que os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj são conhecidos como “homem H”, ou seja, “homem hora”:

A gente vale o que trabalha. Cada homem dentro do canteiro tem um valor que tem que ser contabilizado pela empresa. Por isso que não vale a pena para eles manter trabalhadores irregulares, porque, se não, ela não recebe por eles. Cada parte da obra já tem a previsão do número de trabalhadores que é preciso e isso tudo tem um custo. Vai tudo no orçamento. Fora que também há a questão da fiscalização, que acaba acontecendo (Anotações do grupo de diálogos com jovens trabalhadores e trabalhadoras, outubro de 2014).

Por isso, avaliaram que quanto mais se aproxima a data da entrega de alguma etapa da obra menor é a fiscalização nos canteiros. Assim, se evidencia que é a preocupação com o custo, e não exatamente com o direito do trabalhador e da trabalhadora, que faz com que exista maior número de trabalhadores e trabalhadoras com vínculo formal nos canteiros de obras.

---

50. No município há oferta de cursos do Pronatec, mas há formação técnica no Ensino Médio apenas no CVT de Itaboraí, unidade da Faetec, que oferecia o curso de técnico em edificações, e o Colégio Estadual Agrícola José Soares Junior, com curso técnico em agropecuária.

Eles também observaram que as “CATs” são subnotificadas em função das multas que podem ser aplicadas às empresas. Relataram muitos acidentes que ocorrem no canteiro de obras, e que há atendimento no local, mas os trabalhadores e trabalhadoras são mantidos “encostados” até a recuperação, para não darem entrada no benefício e manterem as taxas de acidentes reduzidas nos canteiros.

A presença dos fiscais da Petrobras no canteiro de obras apareceu como a única forma de identificação da empresa no cotidiano dos trabalhadores. Para eles, a presença desses funcionários inibe algumas práticas que colocam em risco a saúde e a segurança do trabalhador e da trabalhadora, mas que é relativizada à medida que se aproximam os prazos para entrega das metas de produção. Nessas condições, os trabalhadores observaram que há negligência dos fiscais no cumprimento das normas de segurança que protegem o trabalhador, chegando a ser permitido trabalho mesmo com chuva torrencial numa região com alto índice de incidência de raios.

Para os trabalhadores, no entanto, o maior vetor de preocupação da Petrobras é com o meio ambiente. Conforme observaram, havia um rigor muito maior na fiscalização dos impactos ambientais das atividades no Comperj, mas, mesmo assim, avaliaram que havia graves violações, como despejo de resíduos nos solos e desperdício de água.

Outro ponto de destaque nas conversas foi a instabilidade vivenciada por esses trabalhadores, que, em média, trabalhavam de três a sete meses, eram desligados, para em seguida serem readmitidos em outras empresas. O tempo de espera entre um emprego e outro girava em torno de cinco a sete meses, conforme os relatos. Segundo eles, essa é uma prática comum dos empregadores no canteiro de obras.

### **PERCEPÇÕES SOBRE AÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SINDICAIS**

Para os participantes dos grupos de diálogo, as representações sindicais – Sinticom e Sintramon – não estavam presentes no cotidiano do trabalhador, contribuindo para assegurar seus direitos e exigir melhores condições de trabalho. Ao contrário, observaram que só percebiam a presença dos sindicatos no desconto salarial – contribuição do imposto sindical – e que, nas mobilizações para exigir melhores condições, foram os próprios trabalhadores que se organizaram, e chegaram a ser reprimidos por representantes do sindicato.

Para eles, ambos os sindicatos atuam na defesa dos interesses das empresas e da Petrobras. São instituições corrompidas pelo dinheiro, que só defendem o interesse do trabalhador quando há uma mobilização muito grande e, mesmo assim, mediando em favor dos empregadores.

Nessa dimensão da cidadania, apresentam-se dados sobre as formas de participação e ação desses trabalhadores e trabalhadoras e suas representações institucionais na luta pela garantia e/ou melhoria dos seus direitos. Itaboraí, conforme o indicador “Direito ao trabalho e renda: participação pelo direito ao trabalho”, já apresentado, tem um dos índices mais baixos da AAI na relação entre número de espaços de participação pelo trabalho e renda, considerando o total da população residente. Nesse contexto, durante o período da pesquisa, havia dois sindicatos atuando no canteiro de obras do Comperj, o Sinticom e o Sintramon, ambos filiados à CUT.

Desde as eleições presidenciais de 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), o movimento sindical e os diversos agrupamentos políticos que nele atuavam se dividiram quanto ao posicionamento em relação ao governo, dando ensejo a todo um rearranjo na organização sindical do país. Sobre o governo de Luís Inácio Lula da Silva, principal liderança do “novo sindicalismo” do fim dos 1970, depositava-se uma grande expectativa para superar um cenário que combinava recessão, desemprego, reestruturação produtiva, desregulamentação de direitos, flexibilização das relações de trabalho, repressão às greves, redução do papel do Estado e “consenso neoliberal” do governo anterior (SANTANA, 2002, pp. 37-40).

Mas, com a chegada do PT ao poder, dirigentes sindicais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) vieram a ocupar postos no sistema burocrático do governo fe-

deral, inclusive postos em ministérios, dentre os quais o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social. Assim, o sindicalismo, que até então fazia *oposição* aos governos federais, tornou-se *situação*. O apoio aberto de uma parcela significativa dos dirigentes sindicais ao governo despertou dúvidas quanto à autonomia com que os sindicatos atuariam a partir de então.

Para alguns autores, o rompimento dos setores da oposição com a CUT, como a Central Sindical Popular – CSP-Conlutas, impulsionou ainda mais a adesão da CUT ao governo Lula. Composta majoritariamente por dirigentes sindicais filiados ao PSTU, essa central sindical passou a ter como estratégia principal a denúncia do atrelamento da CUT ao governo federal, dando apoio aos movimentos de *oposição* sindical. Nesse contexto, ocorre uma rearticulação das organizações sindicais brasileiras, com a criação de novas centrais sindicais, confederações e federações, aumentando a pluralidade e a pulverização das organizações de cúpula, que, no entanto, não afetaram a hegemonia das duas maiores centrais sindicais: CUT e Força Sindical (CARDOSO, 2002; SOARES, 2013).

Entretanto, o apoio aberto ao governo federal, a inserção de sindicalistas na burocracia governamental, bem como a saída dos grupos políticos mais radicais de suas fileiras levaram a uma redução do ímpeto de *movimento* e aspecto conflitivo do sindicalismo da CUT e reforçou uma tendência (que vinha ganhando força desde meados dos anos 1980) de atuação pragmática *institucionalizada* e que privilegia a negociação.

## A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO

No que se refere à organização dos trabalhadores, existem atualmente 390 sindicatos que representam a categoria. O setor da construção civil ou edifícios é representado pelos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e Mobiliário, que têm sua representação nacional na Federação dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário. Já o setor da construção pesada tem sua representação exercida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada e Montagem Industrial, que se organiza nacionalmente através da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada e Montagem Industrial.

Inicialmente, a representação dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj ficou a cargo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e região – Sinticom. O início do exercício de representação desses trabalhadores e trabalhadoras pelo Sinticom, data de abril/maio de 2008, período em que tem início a etapa de terraplanagem (preparação do terreno) do Comperj. O Sinticom é filiado à Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom) e também à Central Única dos Trabalhadores.

Composto por uma diretoria sem representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj e com a sua sede no município de São

Gonçalo, o Sinticom “ganha” a representação dos trabalhadores e trabalhadoras) do Comperj e, desde então, um importante aporte financeiro.<sup>51</sup>

Como uma das primeiras medidas de reconhecimento da nova base sindical, o Sinticom inaugura a subsede em Itaboraí. Mas, se, de um lado, a diretoria do sindicato não traz um histórico de nucleação e organização dos trabalhadores,<sup>52</sup> de outro, temos a baixa sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras, fruto, em sua maior parte, da informalidade e da rotatividade a que são submetidos. Soma-se a isso a inexistência da tradição de mobilizações ou greves. Dessa forma, os dirigentes do Sinticom não conseguem estabelecer uma relação direta com os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj e as primeiras assembleias convocadas são organizadas e conduzidas sem sua participação, o que gerou as primeiras críticas ao sindicato.

No decorrer do desenvolvimento das atividades sindicais, fica patente a necessidade de melhorar a participação da categoria no funcionamento do sindicato. A solução encontrada foi o estabelecimento de uma comissão de representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, em que um dos critérios instituídos pelo sindicato foi a representação por canteiros de obra.

Podemos afirmar que o surgimento da comissão dos trabalhadores e trabalhadoras no canteiro de obras do Comperj faz parte de um ambiente de mobilização crescente não só dos trabalhadores e trabalhadoras da construção como de outros setores, como comprova o Sistema de Acompanhamento de Greve do Dieese – SAG.<sup>53</sup>

51. Segundo o assessor do Sinticom, Marcos Hartung, a arrecadação mensal do sindicato gira em torno de R\$ 800 mil. Fonte : <http://cspconlutas.org.br/2014/02/funcionarios-do-comperj-sao-baleados-em-protesto-em-itaborai/>.

52. O chamado sindicato combativo, que surgiu na década de 1980, por ter sua formação e consolidação na condição de oposição sindical, criou formas horizontais e menores de organizações dos trabalhadores e trabalhadoras que apostavam na organização por local de trabalho como uma forma de aumentar a participação da categoria.

53. Fonte: [www.dieese.org.br/balancodasgreves/.../estPesq66balancogreves2012.pdf](http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/.../estPesq66balancogreves2012.pdf).

Com relação aos trabalhadores e trabalhadoras da construção, os anos de 2010 e 2011 são sacudidos por grandes mobilizações da categoria em todo o território nacional. Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada, só no setor da construção, cerca de 580 mil trabalhadores e trabalhadoras participaram das greves em 2011. É nesse momento conjuntural que temos o surgimento das comissões dos trabalhadores do Comperj.

Nesse momento, se, por um lado, esses trabalhadores mantêm a crítica à burocratização da estrutura sindical e apontam para o descrédito das atuais lideranças sindicais, temos o surgimento de novas lideranças que, em sua maioria, trazem como base curricular o fato de não terem participado de qualquer cargo deliberativo ou executivo dentro da máquina sindical.

Como uma onda que rapidamente chega a todos os lugares, os trabalhadores e trabalhadoras da construção iniciam uma grande mobilização nacional, que acaba acontecendo de forma espontânea, mas que vai atingindo os principais canteiros de obras do país. Com pautas muito semelhantes, esse movimento busca a criação de um piso nacional para a categoria e melhoria das condições de trabalho, sinalizando as precárias condições em que trabalham esses homens e essas mulheres.

Com reivindicações que solicitam desde o acesso a água potável no ambiente de trabalho, passando por condições dignas para os alojamentos, é possível refletirmos sobre as inúmeras violações de direitos sofridas por esses trabalhadores e trabalhadoras. No canteiro de obras do Comperj, as denúncias sobre alimentação estragada servida aos trabalhadores e trabalhadoras demonstram um claro atentado aos direitos humanos. Segundo pronunciamento feito na Assembleia Legislativa pela deputada estadual do PSOL Janira Rocha, os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj têm denunciado que estão

passando mal devido ao consumo de alimentação estragada servida pelo consórcio SPE, do qual fazem parte as empresas Skanska, Promon Engenharia e Engevix. A parlamentar denuncia que o consumo da comida estragada tem levado vários trabalhadores e trabalhadoras a procurarem o serviço médico, o que faz com que eles percam o dia de trabalho.<sup>54</sup>

Como parte da onda de mobilização que ocorre nos principais canteiros de obras do país, a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj de 2011 tem início em novembro, bem antes da data do dissídio da categoria, em fevereiro de 2012. Esse processo de mobilização ocorre sem a participação do Sinticom, que, diante da adesão total dos 8.500 trabalhadores e trabalhadoras, se vê obrigado a juntar-se à categoria. A chegada tardia dos trabalhadores e trabalhadoras ao movimento de mobilização faz com que a diretoria do Sinticom seja hostilizada a cada assembleia realizada.

Essa primeira mobilização dura doze dias e tem as reivindicações parcialmente atendidas. A segunda mobilização de 2011 ocorre no mês de dezembro e tem como principal motivo a readmissão de 37 trabalhadores, conforme acordo firmado entre trabalhadores e trabalhadoras e empresas no dia 18 de novembro de 2011, que assegura a estabilidade geral de noventa dias. Esse movimento também dura doze dias, de 8 a 20 de dezembro de 2011.

Para além de terem conseguido a conquista de parte das reivindicações, de modo geral, as mobilizações ocorridas nos canteiros do Comperj no fim de 2011 geraram um sentimento de fortalecimento para esses homens e mulheres, ao mesmo tempo em que aumentou o desgaste do sindicato.

---

54. Pronunciamento da deputada estadual Janira Rocha. Alerj, 05/12/2012. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/43991548/doerj-poder-legislativo-06-12-2012-pg-6>.

Assim, no dia 10 de fevereiro de 2012, uma nova paralisação das obras do Comperj tem início no canteiro da empreiteira Alusa e rapidamente se alastra para os demais canteiros, iniciando um confronto entre os operários. Nesse ano, houveram duas outras mobilizações que juntas totalizaram 54 dias de paralisação. E em 2013 ocorre mais uma paralisação, que tem início no dia 8 de fevereiro, com término no dia 19 do mesmo mês.

Já o ano de 2014 é marcado pelo confronto direto entre os trabalhadores e trabalhadoras e o Sinticom, culminando com o episódio em que, no dia 6 de fevereiro, dois operários que estavam na manifestação de paralisação do Comperj são baleados. Um sentimento de comoção e indignação toma conta dos trabalhadores e trabalhadoras. Centenas deles fazem vigília em frente ao Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior, em Itaboraí, enquanto um outro grupo de operários e operárias se dirige à sede do sindicato, na tentativa de localizar os autores dos disparos. Os trabalhadores e trabalhadoras afirmam que o atentado que sofreram foi realizado pelos próprios seguranças do sindicato. O sentimento coletivo de descrédito, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, com relação aos dirigentes do sindicato foi acrescido da suspeita de que parte da direção poderia estar envolvida nesse ato criminoso.

Assim, tendo início no dia 5 de fevereiro, data em que o carro do Sinticom foi incendiado pelos operários e operárias do Comperj, o movimento grevista chega ao fim no dia 17 de março de 2014. Porém no dia 20 de março ocorre nova mobilização no canteiro da Alusa, envolvendo cerca de 2.500 trabalhadores e trabalhadoras. Os motivos seriam o desconto de oito dias de trabalho e o não pagamento da participação dos lucros em decorrência das paralisações realizadas. Os trabalhadores e trabalhadoras acusam o Sinticom de ter assinado um acordo coletivo diferente do confirmado em assembleia.

Diante desse quadro, torna-se impossível a sobrevivência política da diretoria do Sinticom. Porém esses desgastes também trazem consequências às demais representações políticas que estão vinculadas ao sindicato: a Federação dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, mesmo tendo a representação jurídica dos trabalhadores e trabalhadoras, o Sinticom não tem o reconhecimento político da categoria, o que implica um grande desgaste, que contribui para a imobilização interna. No campo da disputa política, esse quadro permite a chegada de outros atores do campo sindical.

### **A CRIAÇÃO DO SINTRAMON E A LUTA PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO COMPERJ**

O Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Montagem e Manutenção da cidade de Itaboraí (Sintramon) tem sua licença sindical concedida em 5 junho de 2014 e o processo eleitoral para a escolha dos dirigentes do sindicato acontece nos dias 23, 24 e 25 de julho. Com a participação de 521 eleitores e eleitoras de um total de 715 filiados e filiadas, a diretoria foi eleita em chapa única e terá um mandato de cinco anos.

O processo de construção do novo sindicato foi organizado por um pequeno grupo de trabalhadores ligados ao Sinticom e com a participação de alguns dirigentes sindicais, como é o caso de Marcos Hartung, secretário de formação da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom), que também exercia a função de assessor político da diretoria do Sinticom. Já no Sintramon, Marcos Hartung exerce a função de vice-presidente

do sindicato. Conforme avalia o dirigente: “a ampliação da nossa representação na base é uma conquista muito importante na luta por melhorias para a classe trabalhadora”.<sup>55</sup>

Vale destacar que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras teve conhecimento da existência do sindicato já no início da campanha salarial de 2015, ou seja, a categoria não acompanhou o processo de construção, da montagem da chapa, e tampouco do processo eleitoral. Vale registrar ainda que no ato de posse da diretoria do Sintramom estavam presentes o prefeito da cidade e o comandante da Polícia Militar de Itaboraí, enquanto era perceptível a ausência dos trabalhadores e trabalhadoras. Outro elemento que chama a atenção é que no ato de deferimento para funcionamento do Sintramom é feita a exclusão de outro sindicato de trabalhadores e trabalhadoras que atuava na cidade, o Sindmontagem, filiado à Força Sindical.<sup>56</sup>

Como uma das primeiras ações, o Sintramom organiza a campanha salarial do trabalhadores e trabalhadoras do Comperj de 2015, que, de modo diferente do sindicato anterior (Sinticom), tem a direção constituída, em sua grande maioria, por operários e operárias do Comperj, buscando com isso garantir a participação da categoria. Mas, do ponto de vista organizativo, o Sintramom ainda herda algumas técnicas do Sinticom, como a contratação de seguranças para fazer a distribuição dos informativos e para acompanhar os dirigentes

durante as assembleias. Também herdaram o costume de limitar a participação da categoria nas reuniões e assembleias.

Como resultado de fatores que passam pela crise internacional do petróleo, que derruba o preço do barril<sup>57</sup> e afeta diretamente a indústria do petróleo no Brasil, conjugada com a crise política e econômica decorrente dos desdobramentos da Operação Lava Jato e o início da finalização da etapa da construção civil, teve início uma série de demissões nos canteiros de obras do Comperj no fim de 2014 que se ampliou nos primeiros meses de 2015. Nesse cenário, a relação do novo sindicato com a categoria inicia já com uma certa tensão, pois os trabalhadores e trabalhadoras não participaram da construção do novo instrumento de representação sindical e reconhece nele algumas práticas (e pessoas) que vieram do antigo sindicato, o que gera certa desconfiança por parte da categoria.

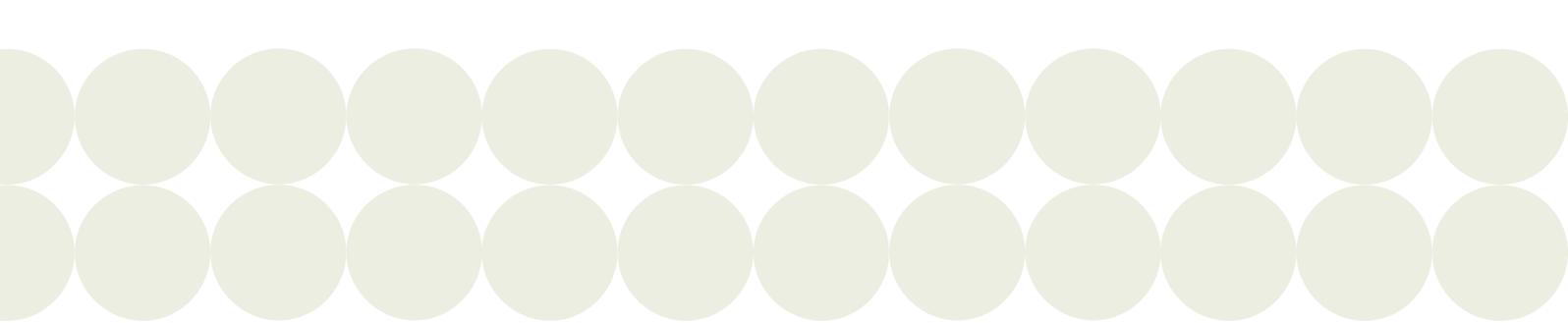
É em janeiro de 2015 que tem início, por parte dos trabalhadores da Alusa/Lumini, uma mobilização que reivindica o recebimento dos salários atrasados de dezembro, janeiro e fevereiro e o término do pagamento das parcelas restantes das rescisões contratuais dos demitidos em novembro de 2014. A mobilização, organização e ação desses trabalhadores e trabalhadoras ocorre mais uma vez sem que os dirigentes sindicais tivessem conhecimento. Somente após perceber que os trabalhadores e trabalhadoras da Alusa/Lumini conseguiram o

---

55. Fonte: <http://cutrj.org.br/2013/index.php/noticias/8672-sindicato-cutista-com-20-mil-trabalhadores-na-base-em-possa-nova-diretoria-nesta-sexta-5-em-itaborai>.

56. Fonte: Diário Oficial da União, seção 1, número 107, 6 de junho de 2014. Dentro do cenário das disputas do movimento sindical, é importante registrar que o atual secretário de organização sindical do Ministério do Trabalho, o Sr. Manoel Messias, que em seu despacho, em que reconhece o Sintramom como entidade sindical com atuação em Itaboraí, ao mesmo tempo em que exclui o Sindmontagem de atuar no município, é dirigente licenciado da CUT.

57. Diferentes analistas nacionais e internacionais têm feito cenários sobre as perdas da Petrobras diante da atual crise. Entre eles, destacamos: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38820/o-que-diz-que-nao-interferira-no-preco-do-petroleo-independente-do-valor-entenda-motivos-da-queda.shtml>.



seu objetivo já no primeiro dia de mobilização, a paralisação dos trabalhos no canteiro de obras do Comperj, o Sintramon decide “acompanhar” esse movimento.

Dentro de uma lógica organizativa e estratégica, as greves e manifestações passam pela direção do sindicato, que, através de seu corpo de diretores, funcionários e um aparato de equipamentos e estrutura que alimenta as reuniões e assembleias dos trabalhadores e trabalhadoras.<sup>58</sup> Os acontecimentos descritos demonstram, contudo, que as últimas mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj não seguiram esse formato de organização, tampouco o ritual de negociação tradicionalmente estabelecido.

Nesse sentido, fica evidente que as direções dos sindicatos estão completamente isoladas da categoria no que diz respeito ao movimento sindical na construção. Esse fato colabora para uma leitura maior sobre a crise do movimento sindical. Muitos sindicalistas e intelectuais têm debatido a chamada crise do movimento sindical. Nesse sentido, existe uma certa semelhança quanto ao diagnóstico e muitas diferenças quanto aos seus desdobramentos. Quanto ao diagnóstico, existe uma certa unanimidade no que se refere à ideia de que o refluxo do movimento sindical tem consequências nas reformulações do processo de trabalho e da produção,

principalmente nas mudanças tecnológicas e organizativas, bem como na crescente burocratização da máquina sindical e na falta de representatividade das atuais lideranças sindicais.

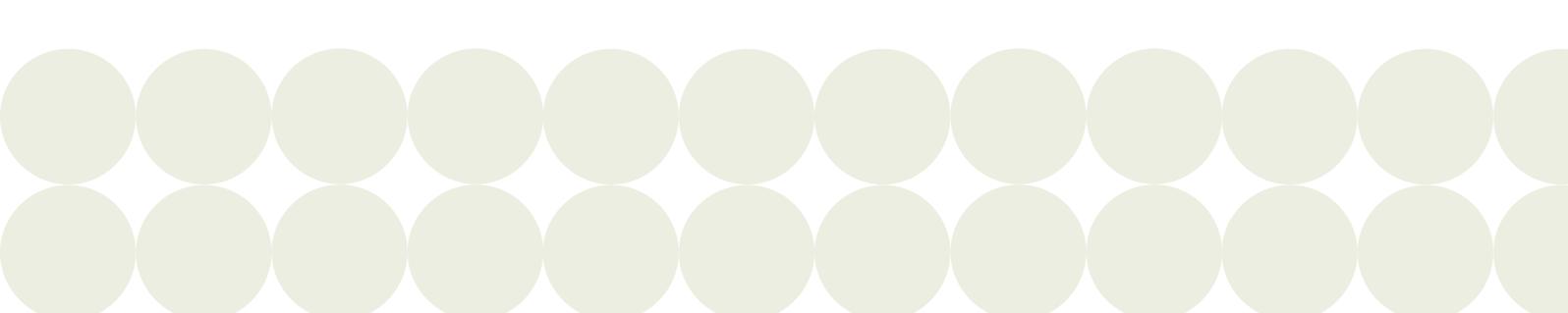
Esse diagnóstico ajuda a compreender em parte o processo de rompimento e de conflitos gerados entre os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj e suas representações sindicais, no qual fica evidente o atual estágio das estruturas sindicais, que aponta para um refluxo, ao mesmo tempo em que aponta para uma nova forma de organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quando analisamos a tradição sindical do setor da construção percebemos que a incorporação dos diagnósticos mencionados acima passa por releitura da própria história do movimento sindical da construção. Em síntese, é possível afirmar que o Sinticom traz consigo toda a estrutura sindical formal e burocrática, sem um mecanismo de participação da base e sem nenhuma transparência sobre o seu funcionamento. Como forma alternativa a esse modelo autoritário e burocrático, surge o Sintramon, que tem sua diretoria “eleita” e que conhece de fato as relações de trabalho no canteiro de obras, criando assim uma maior sintonia com a ideia de um sindicato “democrático e de base”, aproximando-se, dessa forma, das diretrizes da central sindical a qual está filiado.<sup>59</sup>

---

58. Aqui fazemos referência a toda infraestrutura de apoio – como a disponibilização de carros, salas, auditórios e equipamentos, como telefones, acesso a internet –, que ajuda na mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

59. Do ponto de vista político é insustentável para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ter em suas fileiras um sindicato que não tenha nenhum representante da categoria que afirma representar, como também o fato de não apontar para a institucionalização do processo eleitoral para escolha da diretoria do sindicato. Nesse sentido, a criação de um novo sindicato que apresente as “condicionalidades” de um sindicato de base e legitimado pela categoria torna-se uma necessidade.



Mas, mesmo com essa tentativa de “reinventar” a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, não foi possível para a estrutura existente<sup>60</sup> criar uma relação política sindical com a categoria. E é importante destacar que os seguros ainda são os mesmos, apenas mudaram de sindicato.

Por outro lado, sem traição de filiação a sindicatos e, conseqüentemente, sem reconhecer essas instituições como possíveis aliadas ou mesmo suas representantes legais, o que temos visto nos últimos anos, não apenas no canteiro do Comperj, é o surgimento de uma outra forma organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras da construção.

Sem uma identificação política ideológica clara,<sup>61</sup> mas com a compreensão da necessidade de fortalecer o movimento a partir da busca de apoios e articulações políticas, esses trabalhadores e trabalhadoras vêm promovendo uma nova forma de reivindicar os seus direitos. Nesse sentido, mais do que sinalizar para uma crise do movimento sindical, devemos fortalecer essas novas experiências, que trazem novos significados para algumas categorias, como representatividade, democracia interna e dignidade humana.

## **A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ALUSA/LUMINI: A GRANDE MARCHA DO TREVO DE ITABORAÍ À BRASÍLIA**

No dia 7 de janeiro de 2015, por volta das 4h30 da manhã, começava uma movimentação diferente na localidade conhecida como “Trevo da Reta” – um cruzamento entre a RJ-116, estrada que dá acesso à principal entrada do Comperj, a Avenida 22 de Março, que corta todo o centro urbano e comercial de Itaboraí, e a BR-101, acesso a Campos ou ao Rio de Janeiro –: cerca de duzentas pessoas começam a se posicionar ao lado da pista de acesso ao Comperj. Homens e mulheres firmes e visivelmente pouco à vontade com a situação começam a fazer barreiras com os seus corpos para impedir que os diversos ônibus que fazem transporte dos trabalhadores e trabalhadoras cheguem ao Comperj.

Os gritos de “volta, volta!” e “não vai passar!” saem com uma mistura de dor, humilhação e raiva. Alguns estão com o uniforme de trabalho, outros nos trajes “civis”. São os trabalhadores e trabalhadoras da Alusa/Lumini, que, ao terem seus direitos violados, decidem lutar, ainda sem identificar como ou a quem cobrar seus direitos, muito menos com quem contar, eles e elas apenas lutam.

---

60. Referimo-nos aos dirigentes sindicais do Sintramom e Sinticom, à Conticom e à CUT.

61. Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras têm afirmado durante as mobilizações que não têm partido político, porém aceitam a presença de militantes de partidos e parlamentares que deem apoio às suas lutas, e que acatem a decisão da maioria.

Nesse dia, boa parte dos ônibus que levam os operários e operárias para os canteiros do Comperj ficaram estacionados próximo ao Trevo e acabaram desistindo de passar. A Polícia Militar acompanhava o movimento, cerca de 60 homens que faziam plantão junto aos trabalhadores e trabalhadoras no Trevo. Em outro ponto de acesso ao Comperj, na localidade de Itambi, outro grupo de trabalhadores e trabalhadoras também montava barreira para evitar que os ônibus entrassem no Comperj. A jornada foi longa: só por volta das 11h30 os dois grupos decidiram deixar o Trevo da Reta, com certo orgulho: conseguiram parar uma das maiores obras do Brasil. Cansados, avisaram ainda: “voltaremos amanhã!”

Diante desse acontecimento, algumas perguntas precisam ser feitas: como eles e elas conseguiram se reunir? E a forma de protestar, como chegaram à ideia do bloqueio? Houve votação para escolher a forma? Quem são as lideranças? São pessoas com experiência em organização sindical? Como eles conseguiram coordenar os dois bloqueios?

De fato, não temos a maioria das respostas, talvez porque as perguntas estão erradas: elas buscam decifrar um movimento sindical e organizativo, algo que parece não ser objetivo desse grupo. Eles e elas buscam apenas o reconhecimento de seus direitos e dignidade; para isso, denunciam as violações que estão sofrendo, ao mesmo tempo em que brigam por aquilo que lhes pertence: os seus direitos trabalhistas.

## **A ESTRUTURA ORGANIZATIVA E O FUNCIONAMENTO INTERNO DA MOBILIZAÇÃO**

Do ponto de vista organizativo, a forma encontrada para discutir a grave situação e propor alguma ação foi conduzida pelas redes sociais, pelo aplicativo WhatsApp Messenger. Tendo um mediador e diversos grupos, organizava-se a distribuição de tarefas, horário, local e até avaliações após as ações. Assim, de uma forma ágil e segura, as informações chegavam a esses trabalhadores e trabalhadoras, facilitando as tomadas de decisão e evitando uma hierarquização das informações.<sup>62</sup>

Outro elemento que faz parte de tradição organizativa é a influência que a chamada “liderança” exerce junto ao grupo. Essa influência é muitas vezes fundamental para manter a unidade do grupo, principalmente nas ações. Nessa forma de organização horizontal e espontânea apresentada pelos(as) manifestantes, a liderança ou lideranças políticas que surgiram durante o processo não trazem necessariamente os requisitos tradicionais dos líderes sindicais. Muito por isso, é importante destacar que o reconhecimento, por parte dos(as) manifestantes, de que algumas pessoas podem contribuir de outra forma não estabelece uma diferenciação interna. Pelo contrário, todos e todas se mantêm como manifestantes, mesmo que a sua ação tenha um maior nível de complexidade, ou mesmo de elaboração.

---

62. Chamo aqui de hierarquização das informações o procedimento, muito utilizado por algumas organizações sindicais, que estabelece que todo o processo de construção da análise sobre uma campanha salarial ou uma mobilização é feito da seguinte forma: as análises que levam a uma tomada de decisão são concebidas em espaços de menor participação, sendo comunicado para todo o grupo apenas o que fazer.

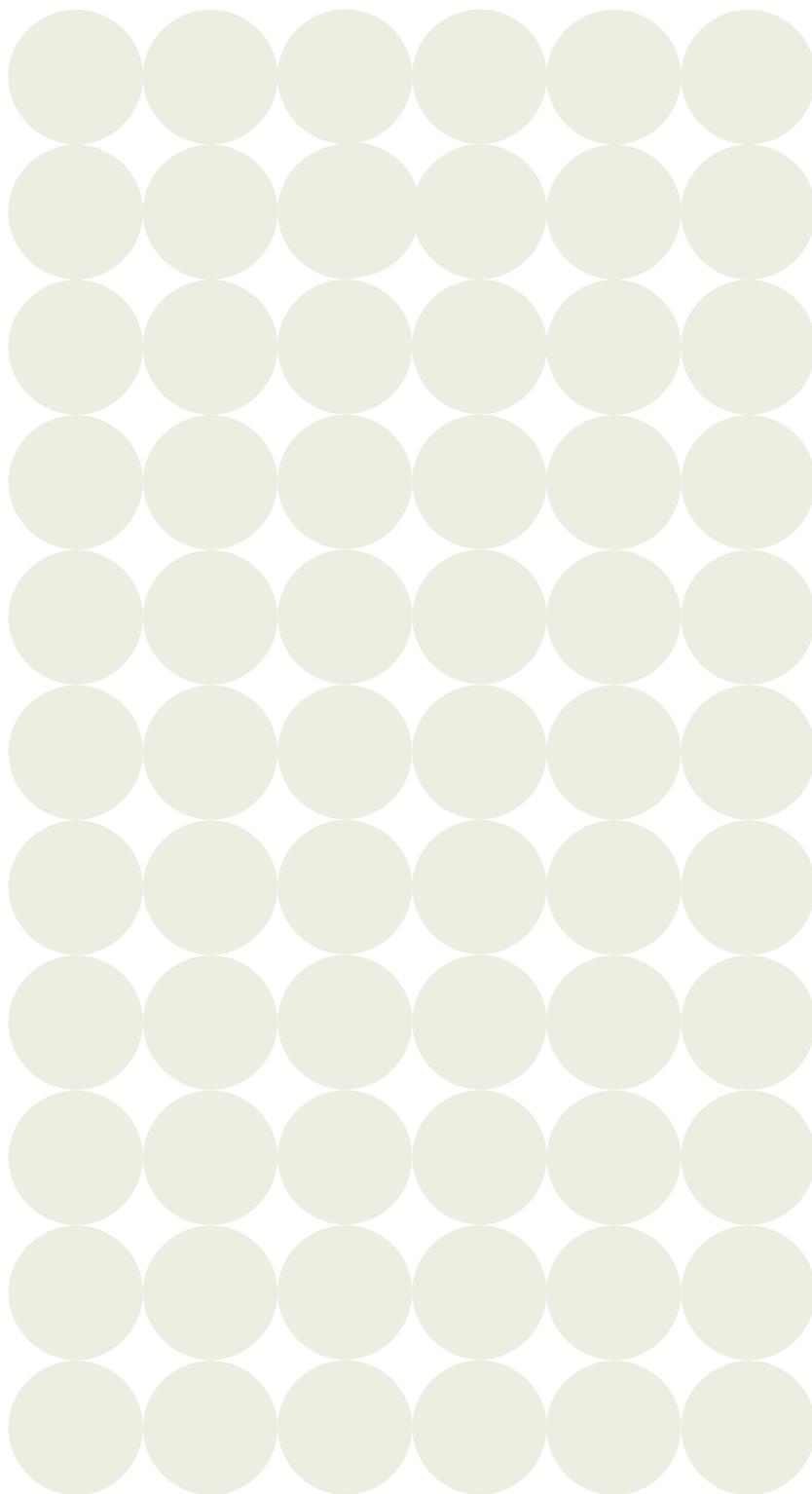
Sem experiência organizativa ou política, e tendo como meta a luta pelos seus direitos básicos, os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, desde o primeiro momento, identificaram que, para atingir os seus objetivos, precisavam criar uma forma de pressão que fosse além da empresa.<sup>63</sup>

A paralisação do Comperj tornou-se, assim, a principal forma de luta desses trabalhadores e trabalhadoras. Com o passar dos dias e das dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores e trabalhadoras, o campo de batalha vai se transformando. Assim, temos a realização de mobilizações e marchas em Itaboraí e no centro do Rio de Janeiro: manifestações em frente ao edifício sede da Petrobras, ocupação da Ponte Rio-Niterói, ocupação do prédio do Ministério do Trabalho em Brasília e ocupação do prédio do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro.

Todos esses eventos fazem parte de uma grande luta desses trabalhadores e trabalhadoras, que ainda reivindicam a garantia de direitos básicos: o pagamento de salários atrasados e de rescisão contratual, que significa a liberação da carteira e a indenização financeira prevista em lei.

---

63. As médias e grandes empreiteiras “abrem” os seus escritórios próximos ao canteiro de obras, ou mesmo dentro dele, durante a sua atividade produtiva. Com o fim da obra ou da sua parte contratual, fecha-se essa estrutura administrativa, e o trabalhador e a trabalhadora da construção não conhece a sede da empresa para a qual trabalha. Esse fato dificulta em muito as mobilizações tradicionais, nas quais o centro do protesto é a sede da empresa, ou a fábrica.





# Conclusão

## A INVISIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO COMPERJ

No contexto do neoliberalismo, globalizaram-se os processos de produção de bens e serviços, o que possibilitou que as empresas multinacionais se estabelecessem em países com mão-de-obra barata e com escassez de postos de trabalho e baixa garantia dos direitos do trabalhador e da trabalhadora. No Brasil, durante a década de 1990, as condições de trabalho pioraram, causando a flexibilização laboral, que forçou uma adequação do mercado de trabalho às necessidades do modelo de acumulação. Foi nessa década que se ampliaram as formas de contratação por tempo determinado e houve aumento da rotatividade dos empregados, sem cobertura trabalhista, nem social, e com altos índices de desemprego.

Mas devemos entender a precarização das relações de trabalho não só associada a essas péssimas condições, mas também como algo que nos afeta quando impossibilita a construção, com outros e outras, de novas formas de estar no mundo. Ou quando o culto à imagem, propagado sem cansaço pelos meios de comunicação hegemônicos, nos desvia a atenção do que realmente importa. Também quando aceitamos como natural as hierarquias que nos impõe a sociedade, a desigualdade que

move o mercado, a apatia do Estado em relação às questões sociais, à fome e à necessidade que nos rodeiam.

Os dados e informações apresentados ao longo deste dossiê apresentam um panorama do estado dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do setor da construção, especialmente os das grandes obras de infraestrutura, em nível nacional, evidenciando que, além de estarem submetidos a relações de trabalho precárias, enfrentam graves situações de violação de seus direitos. Mostra também que somente por meio da ação cidadã é que se tem conseguido avançar na luta por melhores condições e garantia de direitos para a categoria, a exemplo das manifestações realizadas em 2011 e 2012 e que continuaram em 2013, 2014 e 2015.

Um dos resultados dessas mobilizações foi a pactuação do Compromisso Nacional, firmado em 2012, para garantir direitos e melhores relações de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras do setor da construção civil. Todavia, considerando as recentes mobilizações nos canteiros de obras do Comperj, o que se observa é a morosidade do Estado nos processos de implementação das diretrizes do Compromisso.

Em relação a essa situação específica dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj, o que se observa é, primeiro, a pouca disponibilidade de informações para se caracterizar as condições vividas e de direitos desses trabalhadores e trabalhadoras. As formas como estão disponibilizados os dados fazem com que esse contingente de trabalhadoras e trabalhadores fique invisibilizado, não sendo possível, por meio da maioria dos bancos de dados oficiais, avaliar em qual situação se encontram.

Entendendo que o acesso aos dados e informações são fundamentais para analisar as condições de trabalho, o que se constata é que, mesmo quando solicitados, esses dados não são disponibilizados pelas empresas contratantes, nem pelas representações sindicais. Nos bancos de dados oficiais, o acesso é limitado ao conjunto de variáveis que permitem realizar avaliações que contemplem conjuntamente recortes de raça/etnia, gênero, faixa etária e setor da economia. Em alguns casos, não é possível ter acesso aos dados por município, apenas àqueles de nível regional ou estadual.

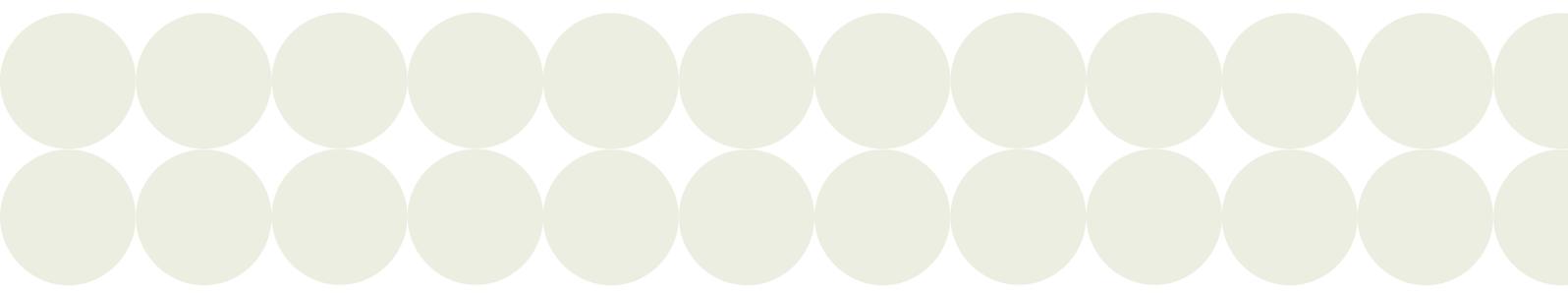
Do mesmo modo, há pouco acesso aos dados que permitem avaliar a garantia de exercício do trabalho digno por meio de ações de políticas públicas, avaliação que concerne à dimensão da cidadania garantida. Especificamente com relação ao poder público municipal de Itaboraí, o resultado da pesquisa é de que não existe transparência, posto que não existe esforço de divulgação dos dados, nem mesmo quando são solicitados. Isso, por si só, consiste numa grave violação do direito à informação, respaldado desde 2012 pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que regulamenta os acessos às informações públicas de interesse da população, à qual todos os órgãos públicos controlados, direta ou indiretamente, pela União, estados, Distrito Federal e municípios estão submetidos.

No âmbito local, apenas o Poder Judiciário, por intermédio da 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí e a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região atenderam às solicitações encaminhadas, colaborando ou se mostrando disponíveis para colaborar com o fornecimento de dados e informações para avaliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse contexto, a cidadania permanece sem informações qualificadas para agir na luta por direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, cria-se um ambiente favorável para que as empresas subcontratadas para a realização das grandes obras continuem agindo como graves violadoras de direitos, visando ao lucro, em detrimento da dignidade humana. Buscando atingir metas de produtividade, sem respeitar as relações de trabalho, a não ser quando (e se) coagidas por órgãos de fiscalização.

Na dimensão da cidadania percebida, o que se observa é que, para os trabalhadores e trabalhadoras de Itaboraí, a instalação do Comperj trouxe uma nova cultura de direitos para o mercado de trabalho local, aumentando o nível dos salários e garantindo alguns benefícios, como transporte e vale-alimentação. No entanto, constataram que o desenvolvimento econômico e social prometido com o megaempreendimento não beneficia a toda a população, somente os que já têm poder econômico e político. Os trabalhadores e trabalhadoras se veem alijados desse processo e não percebem que há ações do poder público que contribuem para promover oportunidades de acesso a trabalho e emprego qualificados, persistindo a desigualdade. Com relação às condições de trabalho no cotidiano do canteiro de obras do Comperj, avaliam que se baseiam em relações de exploração, em que as metas e o lucro do empregador se sobrepõem à saúde, à segurança e à dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras. A Petrobras aparece como agente fiscalizador conivente com a exploração do trabalhador e trabalhadora.

“Considerando que os trabalhadores e trabalhadoras dos canteiros de obras do Comperj são apenas uma parcela do grande **número que constrói as megaobras espalhadas pelo país**, a não disponibilização de dados e informações que permitam conhecer o estado dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras deve ser considerada uma **grave violação de direitos**, na medida em que impede que se possa acompanhar de perto os **efeitos e impactos** desses megaempreendimentos na vida das pessoas”



Somente por meio das ações de mobilização e luta é que os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj têm conseguido chamar a atenção para sua situação, exigindo melhores condições de trabalho e garantia de direitos. Nesse contexto, as representações sindicais aparecem de modo coadjuvante, respondendo às pressões dos trabalhadores e trabalhadoras e mediando o conflito junto às empresas e ao Estado.

Por sua vez, a Petrobras, principal responsável pelo empreendimento, “tomadora de serviços” indireta desses trabalhadores e trabalhadoras, se exime da responsabilidade social de assegurar os seus direitos básicos, mesmo quando acionada pela Justiça, alegando que a empresa não pode ser responsável pelos trabalhadores e trabalhadoras das empresas subcontratas. A posição da Petrobras se repete quando solicitado o acesso aos dados e informações relevantes para conhecer o estado dos direitos nos canteiros de obras dos seus empreendimentos.

E as representações dos trabalhadores e trabalhadoras, que deveriam agir na luta por direitos, também não se mostraram acessíveis, nem disponibilizaram dados necessários para as avaliações. Toda essa situação permite afirmar que, se não for por negligência, há mesmo um esforço sistemático também dessas instituições de invisibilizar dados e informações sobre os trabalhadores e trabalhadoras do Comperj.

Considerando que os trabalhadores e trabalhadoras dos canteiros de obras do Comperj são apenas uma parcela do grande número que constrói as megaobras espalhadas pelo país, muitas delas da Petrobras, a não disponibilização de dados e informações que permitam conhecer o estado dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras deve ser considerada uma grave violação de direitos, na medida em que impede que se possa acompanhar de perto os efeitos e impactos desses megaempreendimentos na vida das pessoas.

# Referências

- AMORIM, Wilson. “As greves de 2011 e 2012”. In: *Informações Fipe/Temas de economia aplicada*, fev. 2012.
- BRITO, Jorge et al. “Grandes projetos, mercado de trabalho e condições de renda e pobreza de regiões impactadas: uma análise do Comperj”. In: *41º Encontro Nacional de Economia. Área 13: Economia do Trabalho*. Foz do Iguaçu: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), dez. 2013. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files\\_I/i13-ab-97357612c86bae11b27b2cb75c3027.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i13-ab-97357612c86bae11b27b2cb75c3027.pdf).
- BEZERRA, Marcos Otavio. “Comperj: acesso ao trabalho e migração”. In: *Cidadania em Construção*. Ibase/Incid, nov. 2013.
- CARDOSO, Adalberto. “O sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências”. In: *Cadernos Adenauer*, v. II. *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- CONCREMAT. *Estudo de impacto ambiental/ Relatório de impacto ambiental do Comperj*. Rio de Janeiro, out. 2007.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. “Estudo setorial da construção – 2012”. In: *Estudos e Pesquisas*, n. 65. São Paulo, maio 2013a.
- DIEESE. “Mesa Nacional da Construção: O diálogo social tripartite – rumo a condições de trabalho decentes no setor da construção”. *Nota Técnica*, n. 124, maio 2013b.
- DIEESE. “Balanço das greves em 2012”. In: *Estudos e Pesquisas*, n. 66, maio 2013c.
- DIEESE. “Estudo setorial da construção – 2011”. *Estudos e Pesquisas*, n. 56, maio 2011.
- DIEESE. *Boletim de Conjuntura*, n. 2, mar. 2015.
- DIEESE, P. . “A inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife”. *Pesquisa de emprego e desemprego (PED)*, 2012.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos de desenvolvimento para o Rio de Janeiro – Comperj. Potencial de desenvolvimento produtivo n. 1*. Rio de Janeiro: FGV/Firjan, 2008.
- GASPAR, Natalia. “Como nasce uma região: a construção do Leste Fluminense a partir da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)”. *28ª Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo*, jul. 2012. Disponível em: [http://www.observatoriodopresal.com.br/wp-content/uploads/2012/07/28\\_5\\_2012\\_23\\_34\\_311.pdf-paper-para-ABA-sobre-comperj1.pdf](http://www.observatoriodopresal.com.br/wp-content/uploads/2012/07/28_5_2012_23_34_311.pdf-paper-para-ABA-sobre-comperj1.pdf).
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Megaobras desrespeitam cidadania de operários*. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/grandes-obras-mas-a-cidadania-nem-tanto/>. Consultado em fev. 2014.
- GUEDES, André Dumans. *O Trecho, as mães e os papéis. Movimentos e durações no Norte de Goiás*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

IPEA. *Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>. Acesso em abr. 2015.

IPEA. *Site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em abr. 2015.

LEITE LOPES, José Sérgio. “Fábrica e vila operária. Consideração sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LEITE LOPES et al. *Mudança social no Nordeste. A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADEIRA FILHO, Wilson & SILVEIRA, Angélica. “Operários dos royalties”. *Oficina Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé*. Disponível em: <http://www.uff.br/macaeimpecto/OFFICINAMACAE/apresentacoes11.html>.

NÚCLEO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS (NEED/UFF). *Mercado de trabalho formal no Rio de Janeiro: acompanhamento e análise*. Ano 1, n. 1. Niterói: UFF, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST04/ST04.3%20Elzira%20Lucia%20de%20Oliveira.pdf>.

PETROBRAS. *Código de Ética do Sistema Petrobras*. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/transparencia-e-etica/>.

PETROBRAS. *Relatório de Gestão 2011*. Rio de Janeiro, jul. 2012. Disponível em: <http://sites.petrobras.com.br/downloads/about-us/profile/transparency/doc/AUDITORIA/relatorio-gestao-petrobras-2011.pdf>.

PETROBRAS. *Plano Estratégico 2030 e o Plano de Negócios e Gestão 2014-2018*. Rio de Janeiro, fev. 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao/>. Consultado em dez. 2014.

PETROBRAS. *Relatório de Sustentabilidade 2013*. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/>.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Site da Previdência Social*. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>. Acesso em março de 2015.

SANCHEZ, Fernanda et al. *O Leste Fluminense e o Comperj: atores, consensos e conflitos num território em transformação*. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, maio 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação”. In: Cadernos Adenauer v. II. *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma revolução democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO. “Itaboraí”. In: *Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2011*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO. “Itaboraí”. In: *Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2013*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SISTEMA FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Decisão Rio 2014-2016*. Rio de Janeiro: Firjan, 2013.

SOARES, José Luiz. *Radiografia da mobilização bancária: ação sindical e política nos anos 2000* (tese de doutorado). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2013.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VALOR ECONÔMICO. *Construtoras de pequeno porte são maioria*. São Paulo, 26/03/2013.

VALOR ECONÔMICO. *Potencial inovador*. São Paulo, 17/12/2014.

VÉRAS, Roberto. “Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais (online)*, n. 103, 2014.

## ANEXO 1\_Breves notas sobre as fontes de dados consultadas

Na busca por dados para construir o dossiê e conhecer melhor a realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores do Comperj foram utilizadas informações disponíveis na internet nos seguintes sites:

### **BASES ESTATÍSTICAS RAIS E CAGED:**

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>

### **BASE DE DADOS HISTÓRICOS DE ACIDENTE DO TRABALHO:**

<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/GMun/Mun01/Mun01.PHP>

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e –o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) têm como instituição responsável o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses bancos não têm como objetivo principal a produção de estatísticas, contêm, todavia, informações importantes sobre trabalho e emprego. O primeiro supre algumas necessidades estatísticas para controle, sendo um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais e para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho e o segundo foi criado com o intuito de acompanhar e de fiscalizar o processo de admissão e dispensa de trabalhadoras e trabalhadores, a fim de possibilitar acesso às políticas de assistência às pessoas desempregadas regidas pela CLT.

Existem algumas vantagens, ausências, dificuldades e diferenças entre essas duas bases de dados:

- Uma das vantagens são as variáveis disponíveis na base de dados do site, que possibilitam fazer vários recortes e análises, como atividade econômica/ocupação, faixa etária, remuneração, gênero, grau de escolaridade, tempo de emprego, tipo de admissão e desligamentos, estabelecimento e tipo de vínculo contratual. Além disso, possibilita chegar à análise em nível municipal.
- Uma das dificuldades se dá por conta de os dados coletados serem preenchidos pelo(a) próprio(a) declarante. Logo, podem haver ausências de informação, omissões ou sonegação de respostas por parte das empresas que preenchem e apresentam a declaração, com dificuldades na interpretação do formulário.
- Outro fator que dificulta a análise dos dados é o fato de as declarações serem feitas pelas empresas que podem fornecer dados apenas do escritório da matriz, sem fazer a declaração a partir dos escritórios regionais. Isso faz com que possa haver distorção dos dados.
- Nenhum dos dois bancos possui a possibilidade de coletar dados levando em conta a variável raça/cor. Essa variável é determinante no que diz respeito às desigualdades de raça/etnia e classe.

Utilizamos também a Base de Dados Históricas de Acidente do Trabalho (AEAT), que reúne os dados provenientes das comunicações de acidentes de trabalho ao INSS e dos benefícios concedidos aos contribuintes por motivo de acidente de trabalho.

## QUADRO COM AS DIFERENÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS ENTRE RAIS E CAGED

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

ITEM	RAIS	CAGED
<b>LEVANTAMENTO</b>	ANUAL	MENSAL
<b>TIPO DE VÍNCULO</b>	QUALQUER TIPO: ESTATUTÁRIOS, CELETISTAS, TEMPORÁRIOS, AVULSOS	APENAS OS CELETISTAS
<b>ABRANGÊNCIA</b>	TODOS OS EMPREGADOS DO ANO BASE EM 31/12 E MOVIMENTAÇÃO DOS ADMITIDOS E DESLIGADOS MÊS A MÊS	APENAS A MOVIMENTAÇÃO DE ADMITIDOS E DESLIGADOS
<b>OBRIGATORIEDADE</b>	TODOS OS ESTABELECIMENTOS, MESMO AQUELES QUE NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	APENAS OS ESTABELECIMENTOS QUE APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO
<b>ÚTIL PARA ESTUDOS</b>	ESTRUTURAIIS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL	DE ANÁLISE DE CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

A base de dados da AEAT e o Anuário Estatístico de Previdência Social (AEPS) apresentam como principais variáveis: motivo do acidente de trabalho, óbitos, o tipo de registro, com CAT ou sem CAT, faixa etária, sexo, atividade econômica, mês e ano do acidente. Sua abrangência vai até o nível do município, mas nem todas as variáveis estão disponíveis para análise em nível municipal, por exemplo, o recorte por atividade econômica não está disponibilizada para consulta pública.

A variável raça/etnia também se encontra ausente para consulta nesse banco de dados. Segundo o estudo *Retratos das desigualdades de gênero e raça* do Ipea, em 2013, no setor da Construção Civil, havia 11 de negros para 7 brancos, evidenciando que há uma maior participação de negros e negras nesse setor. Estudos como esse mostram que a população negra em geral é empregada nas ocupações mais precárias, caracterizadas

pela ausência de proteção social, elevadas jornadas de trabalho e com menores remunerações. Diante desse cenário, chama atenção não haver ainda disponível para consulta informações que permitam realizar análises sobre a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras da construção por meio do recorte de raça/etnia.

Por último, a título de contextualização, consultamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mas com o intuito de saber as características da população ocupada segundo o setor de atividade econômica. A PNAD se trata de uma amostra probabilística com finalidade de produzir informações sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e tem como alvo a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Por esse motivo a pesquisa tem múltiplas variáveis, sua abrangência geográfica é nacional, mas considera apenas as regiões metropolitanas.

**AVALIAÇÃO DE SITUAÇÃO ESPECÍFICA 1: A CIDADANIA DOS TRABALHADORES DO COMPERJ**

Cadastro n°:

Data:

Responsável pelo cadastro:

Tipo de alojamento (pousada, chácara, casa alugada):

Quantidade de hóspedes por empresa:

EMPRESA	QUANTIDADE DE HÓSPEDES

Quais os principais horários de movimento de chegada e saída dos trabalhadores?

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Nome do responsável pelo grupo:

Ocupações/funções dos trabalhadores hospedados (conforme tabela abaixo):

Unidade da federação (estado) de origem dos trabalhadores hospedados (se do estado do Rio de Janeiro, especificar município):

Faixa etária dos hospedados:

Há mulheres hospedadas que trabalhem no Comperj?  Sim  Não

## ANEXO 3\_Lista de empresas que houve tentativa de contato durante a pesquisa

EMPRESA	ENDEREÇO
<b>ALUSA – ALLUMINI</b>	RUA DOUTOR MACEDO (PRÓXIMO AO COLÉGIO BRASIL VIANA)
<b>TOSHIBA</b>	RUA DOUTOR MACEDO (AO LADO DO INSS)
<b>DELTA CONS. URE</b>	RUA DO BONFIM, 48 – CENTRO – ITABORAÍ
<b>ODEBRECHT</b>	(PRÓXIMO AO CAMPO DO ALZIRÃO)
<b>TECHINT</b>	RUA DO PONTO DE ÔNIBUS CACHOEIRA DE MACACU, 58 (AO LADO DA FACULDADE)
<b>CONSÓRCIO SPE</b>	TRAVESSA PAULO SCOTELLARO, 55 – VENDA DAS PEDRAS
<b>CONSÓRCIO JETAM (JARAGUÁ E EGESA) (FALIRAM)</b>	RUA PREFEITO SILVA COSTA, 17 CENTRO – ITABORAÍ
<b>TKK</b>	AV. 22 DE MAIO (EM FRENTE AO POSTO DE GASOLINA – RETA VELHA)
<b>MULTITEK</b>	RUA RAIMUNDO FARIA,137 (EM FRENTE AO DER)
<b>TUC</b>	AV LUIZ NANJI, NANCILÂNDIA
<b>TE/AG</b>	ESTRADA DA VARGEM GRANDE, 179 – ALTO DO JACU
<b>CPPR</b>	AV 22 DE MAIO, 5139 – CENTRO
<b>QGGI</b>	RUA EVARISTO CARDOSO
<b>CPE</b>	RUA DR. EVARISTO CARDOSO, 01/101
<b>MPE</b>	AV. 22 DE MAIO, RUA ROSA NOVAES, 7320 – VENDA DAS PEDRAS
<b>BARBOSA MELLO</b>	RUA CÉSAR XARÁ, 528 – VENDA DAS PEDRAS
<b>GDK</b>	
<b>NIPLAN</b>	
<b>TOYO SETAL</b>	

PARCERIA:



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

REALIZAÇÃO:

**iBase.**

